

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
DIRETORIA DE PROJETOS ESPECIAIS
PROJETO A VEZ DO MESTRE

CONGRESSO SOBRE AS SERINGUEIRAS

MATEUS MOREIRA CÂNCIO PEREIRA SOARES

PROF. MARCOS ANTONIO CHAVES

RIO DE JANEIRO, RJ, MARÇO/2002

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
DIRETORIA DE PROJETOS ESPECIAIS
PROJETO A VEZ DO MESTRE

CONGRESSO SOBRE AS SERINGUEIRAS

MATEUS MOREIRA CÂNCIO PEREIRA SOARES

**TRABALHO MONOGRÁFICO APRESENTADO COMO
REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU
DE ESPECIALIDADE EM PÓS-GRADUAÇÃO NO
CURSO DE MARKETING NO MERCADO
GLOBALIZADO.**

RIO DE JANEIRO, RJ, MARÇO/2002

Andréa Dominique Massena Ribeiro
Alessandra Cancio Pereira Soares

Organizar idéias, trabalho e tempo é uma virtude de quem está preparado para o sucesso, dessa forma me leva a agradecer a minha família e amigos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste projeto.

Dedico este trabalho ao orientador, a pessoas ligadas ao projeto e preservação do ambiente, aos governantes e a população do mundo de modo em geral, pois só com a conscientização de todos conseguiremos um mundo melhor.

“Quando mentes e braços, unem-se em um único propósito, o sucesso torna-se apenas uma consequência natural”.

(Mateus Cancio)

Sumário

	Página
Resumo	
I Objetivo	9
II Preparação do Seminário	10
III Conteúdo do Seminário	17
1. Apresentação - Chico Mendes	17
2. Programa Seringueira - Látex	60
3. Ciclo da Borracha	61
4. Couro Vegetal dos Seringais da Amazônia e seus produtos	108
IV Conclusão	119
V Referências Bibliográficas	123
VI Anexos	

Resumo

O mundo passa por transformações políticas, econômicas, sociais e principalmente ambiental. O homem nunca esteve tão preocupado com o meio ambiente, nunca esteve tão empenhado em conservar e aproveitar insumos antes deixados de lado para garantir a sobrevivência do planeta, já que a ânsia pelo progresso deixou conseqüências drásticas, e algumas, até irreparáveis.

Esse projeto visa apresentar através da estrutura de um seminário, justamente a opção de deixar de utilizar produto animal, no caso o couro, e passar a utilizar produto vegetal. O couro vegetal já existe há alguns anos, mas a sua divulgação é lenta e de pouca aceitação devido ao preconceito e aos costumes que as pessoas possuem e cultivam ao longo dos anos, e ainda, a falta de perspectiva na aceitação de novas idéias e hábitos.

É de extrema importância que antes de mais nada se conheça um pouco da história das florestas, das lutas travadas para a sua conservação, da falta de interesse de governantes e ainda, a falta de conscientização do indivíduo em geral, que juntos e acrescidos ainda de outros fatores, levam à degradação e a devastação do meio ambiente.

Esse projeto tem ainda, a narrativa que divulga um pouco do pensamento e da vida de “Chico Mendes”, talvez um dos precursores na luta para a preservação da floresta Amazônica e dos seringais, narrando as dificuldades de um povo e a intolerância dos fazendeiros que praticam o “coronelismo” sem nenhum tipo de punição ou controle, contribuindo para a matança exacerbada de animais e a degradação gradativa e constante do meio ambiente.

Como “pano de fundo” esse projeto fala ainda, da elaboração administrativa de um seminário, envolvendo planejamento, programação, divulgação,

marketing, patrocínio e todo processo que envolve um seminário de médio porte, voltado para a divulgação, produção e utilização do couro vegetal, e talvez, o mais importante, é tentar transmitir a idéia de que o homem pode aprender a conviver harmonicamente com a natureza, utilizando recursos naturais que não devastem o meio ambiente, pois só assim o homem poderá deixar que o planeta terra sobreviva.

I – Objetivo

Este projeto visa não só a preparação e elaboração de um Seminário voltado principalmente para a divulgação de materiais alternativos, como o couro vegetal, além de ampliar os conhecimentos que podem gerar:

- Planejamento ambiental;
- Ecologia da Paisagem;
- Unidades de Conservação: Planejamento e manejo;
- Educação ambiental e Percepção ambiental;
- Valoração de função ambientais;
- Conservação da Biodiversidade;
- Dinâmica de nutrientes nos ecossistemas;
- Criação de novos empregos.

Para essa divulgação, será necessário promover um seminário envolvendo empresas privadas e estatais, universidades, centros de pesquisas e consultores dedicados em conhecer materiais alternativos e ambientais, congregando profissionais de alto nível que estejam diretamente voltados para o conhecimento e solução dos problemas ambientais, assim como promover intercâmbio com entidades nacionais e internacionais, além da comunicação interativa na divulgação de informações, visão pluralista que privilegie Empresas, Universidades, Centros de Pesquisas, com equidade, equilíbrio e distinção, divulgação permanente de métodos ambientais, utilizando-se de todos os recursos disponíveis, busca incessante da qualidade e da excelência nas nossas relações externas e internas, desenvolvimento de parcerias com entidades, empresas e universidades.

II – Preparação do Seminário

Seminário

Seminário é um congresso de pequeno porte. Na verdade, considerando os pontos relacionados ao tipo de público, as semelhanças ficam por aí. Normalmente, é um evento dirigido ou específico de uma classe profissional ou comunitária, mas contém um elemento diferencial: trata-se de encontro de estudo ou de aprofundamento profissional.

Duração: dois dias, impossibilitando uma exploração mais concentrada dos *tours* turísticos.

Público-alvo: categorias profissionais, porém não fechadas. Várias subcategorias podem ser incluídas. Exemplo: Seminário sobre Ética Médica, que reúne tanto o cirurgião como o pediatra.

Evento de pequeno ou médio porte, sem caráter representativo ou deliberativo.

Ausência de documento oficial reivindicatório, sendo potencialmente um grupo de estudo.

Tema único ou tema básico centralizado, ao contrário do congresso, onde as discussões são mais livres e desconectadas. O sentido a ser captado no seminário deve ser o de imersão mais aprofundada em um assunto prioritário.

Conclusão final como produto da polarização das opiniões dominantes feita por um coordenador geral.

Fases de Produção – Planejamento Global

- Pesquisa de Marketing

As pessoas de modo geral, sabem que as questões mais relevantes para compreender as relações de consumo e oportunidades de mercado só podem ser organizadas a partir da análise do cliente, seu comportamento, suas motivações e gostos pessoais e da análise das tendências da moda e culturais. Após pesquisa voltada para temas ambientais, foi diagnosticada a forte tendência por esclarecimentos e informações de tema ambientais, materiais alternativos para contribuir com a preservação do planeta.

- Planejamento Técnico

É todo e qualquer processo que envolve o seminário, começando pela idealização até a execução. São formas do processo, identificar a melhor estratégia, avaliar os recursos técnicos, descrever as potencialidades, e outros. Aspectos importantes: objetivos, local e data, temário, slogan, programação, identificação e análise dos participantes, estratégia de comunicação, levantamento dos recursos de promotor e patrocinadores, captação de recursos, transporte, planejamento de atividades sociais, turísticas, materiais, serviços, equipamentos, recursos humanos, cronograma, fluxograma, organograma e elaboração de projeto.

- Objetivos

Maior divulgação da produção e comercialização do couro vegetal, conhecendo os mecanismos utilizados e o seu habitat natural e as vantagens de incentivar essa produção.

- Tipos de Eventos

Seminário Ambiental

- Local e data

Hotel Fazenda Chão de Estrelas – O Hotel possui toda infra-estrutura necessária à realização deste projeto, situa-se em Teresópolis de fácil acesso e localização, tendo ainda à disposição caixas eletrônicas das maiores instituições financeiras do País (Itaú, Bradesco, Banco do Brasil e Banco 24 horas), correio, quatro restaurantes (churrascaria rodízio Chão de Estrelas, “La Mamma – só massas”, “ Fung lhung – comida japonesa” e comida caseira da vovó). O Hotel possui grande capacidade para acomodação, recursos logísticos, tais como: extintores, saídas amplas e espaço interior adequado ao público, instalações sanitárias, possibilidades de recursos técnicos para tradução e audiovisuais, retorno de imagem pela escolha do local, habilitação para eventos secundários ou paralelos e flexibilidade contratual para captação de eventos em série.

O evento será realizado nos dias 23/02 e 24/02 (sábado e domingo).

- Temário

Couro Vegetal – Sua importância e sua riqueza – Saiba como produzir e preservar.

- Slogan

Couro – Ande na moda e preserve a natureza.

▪ Programação

Dia 23/02

- 07:00 - Encontro no Aeroporto St. Dumond para pegar o ônibus
- 07:30 - Saída do Aeroporto St. Dumond
- 09:00 - Chegada ao Hotel Fazenda Chão de Estrelas
- 09:30 - Coffe Break
- 10:15 - (1) Apresentação Chico Mendes
- 12:00 - Almoço e livre
- 13:30 - (2) Programa Seringueira – Látex
- 16:00 - Coffe Break
- 16:30 - (3) Ciclo da Borracha
- 18:00 - Livre
- 20:00 - Jantar e livre

Dia 24/02

- 07:30 - Café da manhã
- 08:30 - (4) Couro Vegetal dos Seringais da Amazônia e seus Produtos
- 10:30 - Verificação “ao vivo” de parte do processo de produção do Couro Vegetal feito por seis seringueiros trazidos do Estado do Acre, em Galpão preparado no Hotel Fazenda Chão de Estrelas com látex já extraído.
- 12:00 - Almoço e livre
- 13:30 - Conclusão
- 15:30 - Coffe Break
- 16:00 - perguntas e respostas
- 17:00 - Preparação para saída
- 17:30 - Encontro no local de saída para pegar o ônibus

18:00 - Saída do Hotel Fazenda Chão de Estrelas

19:30 - Chegada ao Aeroporto Santos Dumond

- **Estratégia de Comunicação**

A Comunicação será feita através de:

Internet:

Envio de email com divulgação e ficha de inscrição e agenda para área de recursos humanos de empresas conceituadas.

Cartazes:

Com folha na medida de 54 x 36 cm, unicolorida (tudo cinza e preto, sendo a árvore da seringueira verde) que serão fixados em locais de grande circulação, ônibus, metrô, casas comerciais, cinemas e alguns fast-foods.

Out-doors:

Com contrato de duração de 30 dias antes da data do evento, com uma empresa de propaganda, serão propagados em 60 out-doors na cidade do Rio de Janeiro distribuídos nos bairros do Centro, Tijuca, Barra, Copacabana, Botafogo, Jardim Botânico, Ipanema, Gávea, Lagoa, Méier, Jacarepaguá e Campo Grande.

Anúncios em Jornal:

Veiculação nos jornais de domingo: O Globo e JB

- **Captação de Recursos**

Este projeto está sendo patrocinado em 70% pela Petrobrás e 30% pela Embratel, que em contrato assinado, as siglas da Petrobrás e da Embratel aparecerão sempre com grande

destaque e ênfase de que são empresas que se preocupam com a preservação do meio ambiente e divulgação de novos recursos que visam melhorar as condições do planeta Terra.

- Levantamento de Transportes

Em contrato com a Companhia de Transportes Transportex S/A, estarão disponibilizados 50 ônibus com 40 leitos, com ar refrigerado, banheiro e TV a cabo.

- Planejamento de materiais, serviços liberados e equipamentos

Serão disponibilizados 2500 blocos, 2500 canetas, 2500 pastas, etiquetas, crachás, folhas e impressos, doados pela Melhoramentos, que terá o seu nome grafado nos materiais. Não será liberada filmagens e fotografias, entretanto haverá equipe no local para filmagem da preparação do processo de produção, fita que será vendida cópia a quem a desejar.

- Planejamento de Recursos Humanos

Fazem parte da equipe que ficará à disposição de todo o evento:

Gerente Administrativo

Coordenador

Secretária

Tradutor

Médico e Enfermeiro

Recepcionista

Iluminador, além de toda equipe do hotel.

Receptivos

Translados

Materiais Promocionais

Brindes

Sonorização, Iluminação, Imagem

Vídeos e Fotos

Comunicação Visual

Decoração

Segurança

Serviço Médico

III – Conteúdo do Seminário

Apresentação Chico Mendes

A história de Chico Mendes já é parte da história da floresta amazônica e seus povos. Ele tornou-se um marco na mobilização em favor da justiça social e da preservação da natureza. Como a poronga que ilumina as estradas de seringa na mata, Chico apontou novos caminhos para os movimentos populares.

Lutou com seus companheiros, seringueiros e índios, pela defesa da floresta que ocupavam e utilizavam de maneira não predatória, e empregou formas de luta que, por sua originalidade e representatividade, deram aos movimentos de seringueiros uma repercussão ampla.

Suas propostas entraram em conflito com os interesses que pressupunham a devastação das florestas e a expulsão daqueles que nela vivem em harmonia com a natureza. Esses interesses, representados pela UDR (União Democrata Ruralista) e estimulados pela política econômica e social do governo, foram os responsáveis últimos pelo assassinato de Chico Mendes.

A Defesa da Vida

Francisco Alves Mendes Filho, seringueiro desde criança, dedicou praticamente toda a sua vida à defesa dos trabalhadores e povos da floresta. Participou da fundação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia e Xapuri, além da fundação do Partido dos Trabalhadores do Acre e do Conselho Nacional dos Seringueiros. Chico Mendes reuniu em sua luta o trabalho sindical, a defesa da floresta e a militância partidária.

Chico Mendes teve o seu trabalho reconhecido internacionalmente, sendo várias vezes premiado, inclusive pela ONU (Organização das Nações Unidas), que o distinguiu como um dos mais importantes defensores da natureza no ano de 1987. Através de sua luta pela implantação das reservas extrativistas, Chico combinava a defesa da floresta com a reforma agrária reivindicada pelos seringueiros, contrariando grandes interesses, principalmente os dos latifundiários e da UDR. Em 22 de dezembro de 1988, Chico foi assassinado.

Entrevista realizada durante o 3º Congresso Nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores) em 09/09/1988, Chico Mendes responde a perguntas como:

- Como surgiu essa proposta de aliança entre os povos da floresta?

“A aliança dos povos da floresta vem em função de uma história que começa a partir do desbravamento da Amazônia. Para você ter uma idéia, os índios eram os legítimos donos da Amazônia e quando em 1877 começou o seu desbravamento houve uma espécie de tráfico de escravos para lá: eram nordestinos, cujos patrões, os grandes seringalistas do início do ciclo da borracha, aproveitaram-se de sua miséria, usando-os nesse desbravamento. Essas pessoas foram preparadas para lutar contra os índios, formando um exército de brancos preparados pelos seringalistas, pelas empresas, grupos e banqueiros internacionais, como era o caso da Inglaterra e dos EUA (Estados Unidos da América) interessados na borracha da Amazônia. Começa então o conflito entre índios e brancos.

Nessa época, mais de sessenta grupos tribais na Amazônia foram massacrados pela ganância dos patrões. E a cada grupo dizimado correspondia a formação de grandes áreas de seringais. Assim começa toda a história. Essa história permaneceu na década de 70 quando o governo militar decidiu acabar com o monopólio estatal da borracha e os seringalistas caíram na falência. A situação piorou muito para o seringueiro que era tido até então como uma espécie de escravo, que tinha sua sobrevivência garantida. Após 1970,

com a implantação dos sistema latifundiário, com a política de especulação da terra, a situação mudou muito, iniciando-se então os grandes desmatamentos e a expulsão em massa.

De 1970 a 1975 chegaram os fazendeiros do sul que, com o apoio dos incentivos fiscais da SUDAM (Superintendência de desenvolvimento da Amazônia), compraram mais de 6 milhões de hectares de terra, espalhando centenas de jagunços pela região, expulsando e matando posseiros e índios, queimando os seus barracos, matando, inclusive, mulheres e animais.

Naquele momento, todos viviam nas matas, ninguém tinha consciência de luta. Os filhos de seringueiros não tinham o direito de ir à escola, pois aprenderiam a fazer contas e descobririam que estavam sendo roubados; então os patrões não permitiam. Na minha região, em cinco anos foram expulsos mais de 10 mil famílias de seringueiros. Quatro mil delas tentaram a vida na cidade aumentando o cinturão de miséria das cidades. O resto foi para a Bolívia tentar a vida nos seringais de lá, onde até hoje, numa situação difícil pois não são considerados nem brasileiros nem bolivianos, vivendo na clandestinidade.

A partir de 1975 começa a nascer uma consciência, organizam-se os primeiros sindicatos rurais juntamente com um trabalho da Igreja Católica. Mas tudo ocorrendo muito lentamente até 1980, quando generalizou-se por toda região o movimento de resistência dos seringueiros para impedir os grandes desmatamentos. Foi criado o famoso "empate", forma que encontramos de, em mutirão, nos colocarmos diante dos peões, das motosserras, iniciando um trabalho no sentido de impedir os desmatamentos. Esse movimento era de homens, mulheres e crianças. As mulheres tiveram um papel muito importante como linha de frente e as crianças eram usadas como uma forma de evitar que os pistoleiros atirassem. Tínhamos uma mensagem para os peões: nos reuníamos com eles e explicávamos que destruindo a floresta eles não teriam mais como sobreviver e assim, muitas vezes, contávamos com suas adesões. O inimigo maior era a polícia contratada pelos fazendeiros. Nesse período ocorreram muitas prisões e pancadarias.”

- Como isso mudou no contexto de defesa da Amazônia?

“Mudou dentro dessa luta pela preservação dos recursos naturais, visto que a região de repente estava se tornando um enorme pasto. Só na minha região, de 1970 a 1975, foram destruídas pelo fogo e pelas motosserras, 180 mil castanheiras e mais de 1,2 milhões de árvores de madeira de lei, sem contar as várias espécies de árvores medicinais que foram devoradas e transformadas em pastagens.

O objetivo era a especulação: desmatavam 2 mil hectares de floresta virgem, e plantavam 1 mil hectares de pastagem e assim não tinha mais como o seringueiro viver.

Toda essa situação, as políticas de desenvolvimento financiadas pelos bancos internacionais, como é o caso do Polonoroeste em Rondônia, começaram a afetar inclusive as grandes empresas madeireiras.

Criou-se, em 1985, o Conselho Nacional dos Seringueiros por iniciativa do sindicato, já que até aquele momento vivíamos uma luta isolada, sem respaldo até mesmo do movimento sindical, onde todos estavam mais preocupados com seus problemas regionais.

O que podíamos fazer? Tentar um encontro nacional de seringueiros em Brasília, a única forma de criar repercussão de toda a luta que havia na região. Surge a idéia de se realizar esse encontro e, finalmente, em outubro de 1985, ele aconteceu. Esse encontro determinou que a partir daquele momento seria realizada uma campanha no sentido de se tentar uma aliança com os índios, já que as lutas eram iguais e que muita coisa que aprendemos, nossos costumes na mata por exemplo, vêm dos índios. Tínhamos uma herança de índio.

Começamos então a nos reunir com as principais lideranças das nações indígenas. Em 1982, antes do encontro então, já havia uma possibilidade de aproximação com os índios. Fui candidato a deputado estadual pelo PT (Partido dos Trabalhadores) e a gente conseguiu lançar um índio candidato a deputado federal, fazendo uma proposta de aliança dos povos

da floresta. Nessa eleição, nenhum dos dois teve resultado positivo, mas foi importante no sentido de estabelecer esse aliança.

No Encontro Nacional dos Seringueiros, que contou com observadores nacionais e estrangeiros, começou a crescer essa consciência de aliança. E até hoje já foram realizadas vários encontros com propostas conjuntas entre índios e seringueiros. E aí surge a bandeira de luta pelas reservas extrativistas da Amazônia, que é um área também indígena. O índio não quer ser colono, quer utilizar as áreas comunitariamente, e os seringueiros juntam-se a essa consciência também. Não queremos título de propriedade da terra, queremos que ela seja da União, com usufruto dos seringueiros. Essa coisa pegou e chamou a atenção dos índios que começaram a se articular.

Em nível de cúpula essa idéia já estava clara. Então, partimos para as bases, com a realização de encontros regionais em áreas vizinhas aos índios e esses índios começaram a participar, e criamos, assim, comissões conjuntas de índios e seringueiros. Recentemente, no Vale do Juruá, realizamos uma passeata ecológica com duzentos índios presentes.

Com o avanço da luta, o sindicato se fortaleceu e as mulheres começaram a participar mais exigindo a criação de uma departamento feminino. Realizaram seu primeiro congresso em 1º de maio de 1988, e a partir daí as mulheres índias também começaram a participar mais e, recentemente, elas fizeram parte da mesa de um congresso.

Essa força nova que nasceu serviu para deixar os grandes latifundiários cada vez mais preocupados. Hoje, a UDR se preocupa muito em tentar se estruturar na Amazônia.”

- Essa experiência teve condições de se reproduzir em outros Estados?

“Este trabalho está sendo articulado para todos os estados da Amazônia. O único problema que existe, conforme informamos à direção do Conselho Nacional dos Seringueiros, são as

poucas pessoas. Como a Amazônia é muito grande, encontramos dificuldades em estabelecer contatos em toda a região, devido à dificuldades financeiras.

Com o Calha Norte, esses projetos dos bancos internacionais, que têm por objetivo atingir os índios, fizeram com que estes se organizassem muito mais. No Acre, essa aliança se fortaleceu pois a área é o alvo principal da cobiça dos grandes latifundiários e empresas madeireiras por causa da estrada.

Conseguimos centralizar mais a nossa atuação em Rondônia e no Acre pois, além do resto da região amazônica ser de difícil acesso, esses dois estados são o centro da atração porque a estrada possibilita o acesso dos grandes latifundiários e dos grupos estrangeiros à região. É a BR-364, que tem sido uma polêmica.

Em janeiro de 1987, recebemos a visita de uma comissão da ONU que acompanhou de perto o nosso confronto com os fazendeiros contra o desmatamento. Denunciamos que esse desmatamento era resultado dos projetos financiados pelos bancos internacionais. Com isso a ONU e as entidades ambientalistas americanas nos convidaram para participar de uma reunião do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) em Miami, em março de 1987. Eu fui, sabendo que estava em terreno inimigo. Denunciei a política e aquilo pegou em cheio o presidente do Banco Central, que estava presente e que tentou impedir a minha entrada. Consegui credenciamento com a imprensa internacional, entrei e denunciei para vários diretores executivos do BID o que estava sendo feito na Amazônia.

Tive uma audiência marcada com o chefe da comissão de Operação de Verbas do Senado Americano, para o dia 28, quando levei documentos comprovando todas as conseqüências que o desmatamento, com a abertura da estrada financiada pelo BID, estava causando. Assim, no dia 2 de abril de 1987, o banco resolveu suspender o resto do desembolso para o asfaltamento da estrada. Isso aconteceu porque as entidades ambientalistas tinham um poder muito grande junto ao banco e conseguiram sensibilizar o Congresso americano.

Esse foi um ponto político muito importante no avanço do Conselho Nacional dos Seringueiros e na proposta dos índios.”

- Você falou que durante praticamente um século os seringueiros foram escravizados. Como se deu esse processo, quais são as formas de trabalho na floresta.

“Desde aquela época que ninguém era dono de terra na Amazônia, o seringalista que sabia que existia uma determinada região habitada por índios preparava os seringueiros e atacava a região, destruíam as malocas e implantavam a sede de barracão. Dali, contando com profissionais, desbravavam uma área de 30 a 40 mil hectares dentro da mata, abrindo picadas e estabelecendo as colocações dos seringueiros. Estes dividiam as colocações, que não são lotes, entre cem a duzentas famílias e cada um deles explorava aproximadamente 300 a 500 hectares, em vários blocos de seringueiras, o que denominamos estradas de seringa.

Por exemplo, o seringalista que tinha trinta, quarenta e cinquenta famílias com uma produção anual de 50 toneladas de borracha ia no banco, fazia um financiamento de 100 toneladas e o seringueiro se via forçado a cobrir aquela produção. Daí ele se transformava em escravo pois seu grupo não poderia vender o produto para outro seringalista. Se o fizesse, a polícia o reprimia ou os jagunços o matavam.

Começa então o tráfico de nordestinos para a Amazônia. Eram trazidos de navio até o porto de Belém, sendo a praça de Belém a sede principal dos seringalistas. Quando o navio chegava, os patrões levavam um número de pessoas para a selva. Existia uma propaganda no Nordeste de que a borracha era uma mina, quando a realidade era totalmente outra. Quando o nordestino chegava à Amazônia não tinha mais como voltar. Estava preso pelo rio, caminhava horas nas matas, havia índios que resistiam e que matavam, tudo isso além da malária e outras doenças. Os que conseguiam um saldo que concretizaria o seu sonho de voltar à terra natal, não eram reembolsados. Como eram vários grupos de seringalistas, financiados por entidades internacionais, cada um detinha o domínio sobre uma

determinada área. Um não podia entrar na área do outro. Se acontecesse de um seringueiro ir ao barracão de um seringalista diferente daquele ao qual ele pertencia, e esse seringalista descobrisse, mandava a polícia ao barracão, tomava a borracha do seringueiro e ateava fogo nele. Muita gente morreu assim.

O próprio banco facilitava toda essa ação criminosa porque a borracha era marcada - cada seringueiro tinha uma marca para marcar sua borracha - aí então o patrão sempre reconhecia uma borracha diferente no seu lote.

Ainda hoje, em algumas regiões da Amazônia, prevalece o sistema de seringueiro escravo. O governo resolveu manejar mais na ação da polícia contra os seringueiros. Mas continuou a exploração. Não matava mais, mas prendia e açoitava, o que prevalece até hoje em algumas regiões.

Na nossa região começamos a lutar pela autonomia do seringueiro e já existe a figura dos seringueiros autônomos. São poucos, temos no total cerca de 15 famílias de seringueiros, das quais 30% são autônomas. Portanto, para a grande maioria ainda existe a figura do patrão porque o Conselho Nacional dos Seringueiros ainda não conseguiu estabelecer suas bases nos locais mais distantes, mas pelo menos já houve um grande avanço.

Entre 1975 e 1985, conseguimos evitar que mais de 1,2 milhão de hectares de florestas fossem devastadas. Conseguimos também reocupar todas as áreas onde os seringueiros haviam sido expulsos na região do vale do Acre.”

- Como foi esse processo de defesa?

“Foi um trabalho difícil, tivemos que enfrentar jagunços e a polícia. Começamos a reocupar essas áreas criando comunidades. Na medida em que criávamos uma comunidade organizada, ela ia trazendo famílias e colocando nas áreas desocupadas. Quando havia uma ação policial de despejo a comunidade se organizava muito bem e reocupava. E

conseguimos, com todas as limitações do Estatuto da Terra, defender as áreas, baseadas no decreto 4504, que diz que o posseiro não pode ser despejado de sua terra. Conseguimos também eliminar o desconto do patrão fazia, até 1970, de 10% do peso da borracha do seringueiro, além de 30% de aluguel que era obrigado a pagar.

Fizemos um trabalho para evitar que o seringueiro pagasse renda, para que ele começasse a construir sua autonomia. O que fazíamos? Os atravessadores estavam interessados em comprar diretamente do seringueiro, só que ele não podia entrar no seringal pois o patrão mandava prendê-lo. Com o nosso apoio, ele começou a oferecer melhor negócio para o seringueiro, ou seja, melhor preço para a borracha e, inicialmente, venderia os produtos alimentícios mais barato. Começamos então a dar apoio ao marreteiro como uma forma de levar o seringueiro à autonomia.

Só que esse mesmo marreteiro, depois que se viu livre para circular nos seringais, transformou-se numa figura autoritária e exploradora. Agora, lutamos para combatê-lo, nos foi útil no passado, hoje é nosso inimigo.

Assim, a única alternativa é criar cooperativas. Criamos a primeira cooperativa agroextrativista em 30 de junho desse ano. Antes da sua fundação, os patrões pagavam Cz\$ 150,00 o quilo da borracha, depois de criada a cooperativa, com o objetivo de derrubá-la, passaram a pagar Cz\$ 230,00 o quilo, e nós conseguimos pagar Cz\$ 264,00. Três semanas depois chegaram a esse preço e nós passamos para Cz\$ 285,00. Quando acreditaram que pararíamos, nós passamos para Cz\$ 380,00.

Nesta questão dos preços, os usineiros, interessados no aumento da produção da borracha e no lucro, aliam-se a nós. E nós os aceitamos como uma tática na questão da política de preços da borracha. Nessa briga, tiramos a figura do patrão e do marreteiro e deixamos o seringueiro livre. Hoje ele compra mercadoria mais barata, conseguida por nós, mas ainda tudo é muito precário, pois apesar de existir uma série de propostas de apoio de entidades, inclusive em nível internacional, nada saiu até hoje.”

- Como surgiu a idéia da cooperativa?

“A cooperativa é uma forma nossa de lutar pela liberdade. Isso foi conseguido com cinco anos de articulação, pois houve cooperativas anteriores controladas pelo governo e que não vingaram, pois se tornaram mais um patrão do seringueiro. Para nós a cooperativa deveria ser um instrumento do próprio seringueiro, uma conquista dele. Para fazer isso, começamos a montar uma primeira escola de alfabetização dos seringueiros, onde adotamos uma política de ensino que ensinava o trabalhador a lutar por melhores condições de vida. Criamos uma cartilha, denominada Poronga, com o apoio de vários grupos de universitários e professores. Poronga é a luz que o seringueiro usa e coloca na cabeça para caminhar na selva. Então ela seria a cartilha que nos ensinaria o caminho para lutarmos com mais força.

A primeira escola foi difícil porque os fazendeiros começaram a dizer que recebíamos dinheiro de Cuba. E então os órgãos de segurança baixaram várias vezes, até que se convenceram de que não era nada disso. Fomos crescendo e hoje temos mais de dezoito escolas na região. Isso possibilitou um grande avanço, pois à medida em que o seringueiro começava a estudar, visualizava uma forma de se livrar do patrão. Os professores eram pessoas eleitas pela comunidade, comprometidas. O único problema é que se trata de um trabalho lento. A pessoa tem que estar comprometida com as lutas da comunidade, criando confiança mútua, tem que estar preparada para enfrentar a polícia etc.

Então, uma equipe iniciou o preparo dessas pessoas e elas conseguiram desenvolver um trabalho pela defesa da floresta.”

- Como tem sido a relação entre seringueiros autônomos e os que têm patrão?

“É um processo muito lento. O seringueiro, com toda essa história passada, aprendeu, de geração a geração, a ser escravo, a ser deminado pelo patrão. Não adianta chegar em uma

comunidade onde não exista nenhum trabalho anterior e resolver montar uma escola ou criar cooperativa. Não dá certo.

Para se atingir os 30% de autônomos levamos quinze anos. De 1980 para cá, as escolas avançaram, mas somos bem poucos e temos preocupação em preparar as pessoas. Além disso, como a Amazônia é muito grande, encontramos dificuldades de chegar a todos os lugares. Também não adianta você ir até as regiões mais distantes, fazer uma reunião com os seringueiros, falar de nossa experiência e não deixar ninguém preparado para continuar o trabalho. Portanto, vamos demorar para chegar em várias regiões, mais queremos fazê-lo preparando as pessoas.”

- Ainda continua o antigo esquema das multinacionais e dos seringalistas contratarem grupos de seringueiros numa relação de trabalho semi-escravizado?

“Não. Aquele esquema de escravo do Nordeste permaneceu até 1955. O que tem acontecido muito é que as empresas agropecuárias pegam os bóia-frias do sul e os levam como escravos para trabalhar nas fazendas.

Temos tentado providências do Ministério do Trabalho, o que é feito depois de muito pressão, pois não existe preocupação com o trabalhador. São bóia-frias de várias regiões, levados de caminhão até lá e jogados em fazendas de várias regiões da Amazônia. Em troca do seu trabalho recebem comida e pinga.”

- Como é a sua história de vida e como você se tornou uma liderança nessa luta que se trava há quinze anos?

“Talvez eu tenha acertado na loteria. É uma história que venho contando há pouco tempo. Antes passamos por uma fase muito difícil: a repressão desde 78, quando começamos a resistência contra o desmatamento. A polícia federal começou a pegar no meu pé, fui

submetido a vários interrogatórios isolados, sem o acompanhamento de ninguém. Depois aquele julgamento em tribunal militar.

Em 1980, foi assassinado o Wilson Pinheiro, grande liderança de toda Amazônia. Naquela época ele encabeçava todos os movimentos. Os fazendeiros, compreendendo isso, mandaram matá-lo. Os trabalhadores, sete dias depois, deram o troco matando um fazendeiro. Aí a justiça funcionou.

Isso coincidiu com a época em que o Lula e eu estávamos organizado o PT na região. Terminamos um comício à meia-noite e viemos embora. No outro dia, ao amanhecer, fuzilaram o fazendeiro e atribuíram isso à influência do nosso discurso. Só que estavam a 85 km de onde aconteceu o ato público e não poderiam ter nenhuma influência do Lula, nem minha.

Meus pai, nordestino, trabalhava como seringueiro e eu, com nove anos de idade, fui ser seringueiro. Nasci em 1944 e em 1955 já tinha aprendido a cortar seringa. Em 1962, morávamos em uma região de seringal perto da fronteira com a Bolívia e não sei como descobrimos que morava perto de nós um exilado político do tempo da Intentona Comunista. Era um oficial do Exército que aderiu ao Prestes. Era super jovem, tinha vinte e poucos anos. Com a derrota do Prestes, foi preso na ilha de Fernando de Noronha. Como tinha parentes no lado oposto, a sua fuga foi mais ou menos liberada. Fugiu para a Bolívia e lá se engajou no Partido Comunista Boliviano, que naquela época tinha um trabalho muito bom, liderando o movimento operário. Foi também perseguido lá e voltou para a clandestinidade. Parece que se envolveu com operários e depois de alguns anos voltou a criar o movimento de resistência junto aos camponeses bolivianos. Aí houve uma outra ação reacionária da direita, e ele, não tendo como se esconder, veio para a fronteira. Optou pela selva, pois era perto da fronteira, atravessou e se entrosou com alguns seringueiros que o ensinaram a sangrar a seringueira, a fazer borracha. Ficou isolado para ninguém descobrir que morava ali.

Certo dia ele resolveu sair e passou na nossa casa. Não sei como ele conseguia jornais, com meses de atraso, mas conseguia. E numa conversa com meu pai que tinha ódio dos seringalistas, da exploração, ele se interessou em me levar para passar o final de semana na sua casa. Assim, de 1962 a 1965 eu saía todos os sábados da selva e ia para a casa dele, caminhando três horas pela mata.

Ele começou a me ensinar a ler aos sábados e domingos até de madrugada, pois segunda-feira tinha que voltar a trabalhar. Começamos com aquelas leituras de jornal, ele me explicando as notícias e então comecei a me interessar pelos trabalhadores. Pegávamos recortes de notícias de trabalhadores de países socialistas e de outros países da América Latina. Ele conseguiu um rádio a bateria que me emprestou, e comecei às 6h da tarde a ouvir os noticiários internacionais em português, da central de Moscou, de Londres e da Voz da América.

Finalmente, em 64, rompe o golpe militar. Em maio e junho desse ano, a versão da Voz da América dizia que a democracia tinha sido vitoriosa, que os comunistas iam acabar com o país etc. No outro dia a gente ouvia a versão da central de Moscou que falava em prisões de sindicalistas, das torturas etc. Então eu tinha as duas versões: a dos americanos e a dos comunistas. Ele me explicava o que era aquela revolução, feita pela CIA (Companhia Internacional Americana) com o apoio da ala reacionária. Dizia que João Goulart, apesar de ser um governo popular, tinha aberto uma exceção e os movimentos estavam se articulando para criar a reforma agrária no país e, exatamente preocupada com essa mobilização, foi que a CIA articulou e financiou o golpe militar.

Ele me dizia também: hoje os trabalhadores estão sendo rechaçados, mas por maior que seja o massacre sempre existirá uma semente que renascerá e aí você terá que entrar, mesmo que seja daqui a oito, dez anos.

O seu nome era Euclides Fernando Távora. Era muito inteligente, diziam que só sabia ler, mas descobri que queimava tudo o que anotava. Em julho de 1965, começou a emagrecer,

achava que era úlcera. Disse que ia para cidade arranjar um médico, que não havia mais perigo. Foi e não voltou nunca mais. Não consegui localizá-lo, deve ter morrido.

Ai fiquei meio perdido, tinha uns dezenove anos. Não se falava em sindicato, na cidade só se falava em militar. Comecei a articular uma discussão com meus companheiros. Como sabia ler, comecei a descobrir o quanto a gente era roubado. Para os seringueiros, por mais que os patrões tivessem mudado suas formas de opressão, o que aconteceria? Você produzia durante um ano um monte de borracha, gastava metade na venda do seringalista e então tinha aquela base de que no final do ano você teria metade do lucro garantido. Mas, chegava lá e você estava devendo. Descobri que era um roubo absurdo. E comecei isoladamente um trabalho de autonomia do seringueiro através do marreteiro.

Até 1968 cansei de sair à noite levando companheiros que marcavam ponto com os marreteiros para vender borracha e comprar mais barato. Estava dando certo. Só que tinha seringueiro, coitado, sem consciência, que corria e dizia para o patão, e com isso passei por horas apertadas.

Até 1975 vivi essa vida isolada, tentando um trabalho quase inútil, mas consegui criar um grupo de alfabetização e alfabetizei quase cinquenta pessoas, mais tive que largar devido a uma pressão muito grande. O prefeito e o padre da cidade mandaram me chamar dizendo que eu estava criando um grupo de agitadores. E tive que passar quase dois anos e meio escondido, se não teria sido preso.

Em 1975, ouvi falar que estava chegando uma comissão da Contag para fazer um curso de sindicalismo em Brasília. Lembrei da recomendação do Euclides e fui para lá. E deu certo, pois como ele tinha me ensinado muita coisa durante três anos, acabei sendo eleito secretário geral do sindicato.”

- No início de seu trabalho sindical já existia alguma outra forma de organização dos seringueiros?

“A coisa estava muito crua, principalmente entre os seringueiros, onde 95% nem votava. Era muito difícil. Começaram a perceber que eram explorados a partir da criação do sindicato. Como eu tinha que trabalhar na produção para ajudar em casa, aproveitava os finais de semana para me dedicar ao movimento. Durante esse período passei muitas dificuldades. Com a criação de sindicato em 1975, tinha que passar muito tempo na cidade para ajudar a encaminhar propostas, pois de repente começaram a chegar questões de todos os lados. Em março de 1976, vivia mais na cidade, em Brasília, porque o movimento estava muito agitado e aí eu passava fome, não tinha dinheiro nem para comer.

Lembro que em 10 de março de 1976 aconteceu o primeiro movimento mais importante, quando chegaram três seringueiros de um seringal próximo à Brasília e denunciaram que a área deles estava sendo devastada por cem peões, com pistoleiros na região. Pela primeira vez reunimos setenta homens e mulheres e fizemos uma trincheira na selva para impedir o desmatamento. Este fato chamou a atenção de todos, inclusive do exército e da polícia. Mas a gente chegou a conclusão de que a luta era por ali mesmo.”

- Sindicato de Xapuri é só de seringueiros ou envolve outras categorias também?

“Principalmente seringueiros. Mas ele atua também com colonos, alguns peões de fazendas. Temos em Xapuri 3 mil filiados. Esse sindicato conseguiu passar por cima da Federação dos Trabalhadores. Nas eleições passadas a Federação apoiou a aliança PFL (Partido da Frente Liberal) / PDS (Partido Democrata Social), os mais reacionários.”

- que era a trincheira?

“Era o seguinte: fazíamos um cordão de mãos dadas e cercávamos a área que estava sendo desmatada, não deixávamos os caras entrar e desmontávamos os seus acampamentos.

Ninguém ia armado, quer dizer, tínhamos duas ou três pessoas armadas mas com a firme recomendação de só agir nas últimas conseqüências, no caso de estarem matando alguém. Nosso objetivo era tentar convencer os peões a ficar do nosso lado. E sempre conseguíamos a adesão. Agora, quando a polícia chegava, esses mesmos peões eram obrigados a ficar contra nós. Lembro de umas quatro vezes em que a gente foi preso e ficamos lá deitados no chão e eles batendo na gente e depois, todos ensangüentados, nos jogavam no caminhão, com muita gente junta, começávamos a cantar os hinos da Igreja. Chegávamos na delegacia, mais de cento e tantos homens, não tinha lugar para alojar todo mundo e ficávamos pelos corredores. A polícia cercava o prédio e, por fim, tinham que nos liberar.”

- senhor falou em cantar hinos da Igreja, o senhor participava de algum movimento ligado à Igreja?

“A partir de 1973, comecei a me entrosar nos trabalhos das comunidades de base. Naquele momento o sindicato só podia funcionar nas dependências da Igreja devido a repressão. Ela teve um papel muito importante, apesar de que depois retrocedeu um pouco. Durante esse tempo militei ativamente nas comunidades de base e tinha aqueles padres progressistas que inventavam hinos ligados à nossa causa. Era uma vida sofrida, mas a gente se animava pois sabíamos que começávamos incomodar o poder.

Em 1980, passei noventa noites dormindo em lugares diferentes. Até hoje sofri seis tentativas de emboscada, a última delas foi em abril desse ano. No dia 27 de maio, quando realizamos uma passeata pacífica pela defesa da floresta e acampamos no prédio do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), éramos mais de quatrocentos homens, fomos atacados por pistoleiros a 1h30 da manhã, a trinta metros do quartel da polícia militar. Foi um tiroteio horrível.

Sorte que todos dormiam. Dois rapazes saíram baleados, mas escaparam. Eu nunca mais andei só. A partir das sete da noite não saio mais na cidade. Se vou a um seringal volto por outro. Tivemos que aprender a lutar pela nossa segurança.

Um mês depois que a UDR se instalou por lá, aconteceu este ataque em Xapuri, do grupo que é o seu braço armado. Como não se contentaram, em 18 de maio, pegaram o companheiro Ivair Higino, grande liderança de uma comunidade da Igreja e o acertaram na emboscada. Ele, além do seu trabalho na comunidade de base e no sindicato, começou a incomodar um vereador do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) que morava ao lado. Esse candidato é articulado com os fazendeiros mais reacionários da região e o seu nome é Chico Tenório Cavalcante. Foi ele que articulou a emboscada pois o Ivair, candidato a vereador pelo PT, ia seguramente derrubá-lo. E foi dito em praça pública que ele mandou matar o Ivair. O prefeito fez vistas grossas, ele recebeu o aval da justiça pois não teve nem a sua candidatura impugnada.”

- Como se dá a compatibilidade entre o trabalho extrativista e a defesa da floresta?

“Os seringueiros e os índios habitam há muito tempo na região. Os seringueiros vivem do extrativismo, desmatam também para suas culturas de sobrevivência e nunca ameaçam a Amazônia. Por outro lado, a principal atividade econômica da região continua sendo a extrativista: borracha e castanha.

Durante muito tempo brigamos pela questão da Amazônia, mas não tínhamos proposta alternativa. Só a partir de 1985 é que começamos a articular propostas alternativas: queremos que a Amazônia seja preservada mas também queremos que seja economicamente viável.

Aí, partimos do ponto de que com a reserva extrativista garantimos a política de comercialização da borracha, pois sabemos que esta, está ameaçada pelos plantios de seringueiras do sul. Mas a questão não é só essa. Temos a castanha que é um dos principais produtos da região e que está sendo devastada pelos fazendeiros e madeireiras. Temos a copaíba, a bacaba, o açaí, o mel de abelhas, uma variedade de árvores medicinais que até hoje não foram pesquisadas, o babaçu, uma variedade de produtos vegetais cuja

comercialização e industrialização garantiria que a Amazônia, em dez anos, se transformasse numa região economicamente viável, não só para o país mas para o mundo. O que precisamos hoje é que o governo dê prioridade à industrialização desses produtos.

Tem também a questão do cacau, do guaraná e de outras culturas que se pode usar sem devastar a floresta. O que a ameaça são os fazendeiros: no ano passado, queimaram 20 milhões hectares. Este ano, só no Acre, os técnicos do INPE (Instituto Nacional de Pesquisa) descobriram que foram queimados mais de 800 mil hectares.”

▪ Quais as causas das queimadas?

“É a questão do incentivo à política de especulação da terra, a pecuária. Nas áreas onde os seringueiros não chegam os fazendeiros fazem queimadas, deixando a terra improdutivo. Nem estão plantando capim.

O objetivo deles é queimar porque o IBDF é tão incompetente que não tem nenhuma capacidade de frear. Agora não, porque a ONU fez uma denúncia, a Globo está mostrando, mais isso é balela. Não basta denunciar ou mostrar as queimadas. No ano passado a pista de pouso do Acre ficou interditada durante três dias, agora já está com mais de três semanas, isso devido às queimadas. Pilotos me contaram que as queimadas mais fortes estão em Rondônia e Mato Grosso.

Com a nossa resistência em Xapuri, este ano eles só conseguiram desmatar 50 hectares, ainda assim porque tiveram o aparato policial garantindo. Não pudemos nos aproximar pois não queríamos o confronto armado. Queremos criar fatos políticos no sentido de sensibilizar a opinião pública. Conseguimos mesmo assim, suspender esse desmatamento com o apoio de São Paulo e Rio de Janeiro, que enviaram telegramas de protestos e o governo se viu obrigado a me chamar para negociar a retirada da polícia da área. Mais aí, a Autobrás, numa região onde tem nenhuma ação enérgica, conseguiu, às escondidas, desmatar 15 mil hectares.”

- Essas queimadas têm deixado o seringueiro sem trabalho?

“Sim. Na década de 70, quando foram muito fortes, contribuíram muito para o desemprego e a miséria. Esse seringueiros expulsos entre 1970 e 1975 (calcula-se cerca de 10 mil famílias) foram para a cidade formar o cinturão de miséria naqueles bairros. Hoje, na capital do Acre, se você visita um bairro desses, só vê miséria, prostituição, tráfico de drogas, porque o pessoal foi levado ao desespero. Por que hoje nas cidades há tantos grupos marginais? Essas pessoas foram levadas a isso não por convicção, mas pelas circunstâncias.”

- Como o solo reage a essas queimadas que vêm sendo feitas de maneira sistemática na região?

“O solo fica improdutivo. Por exemplo, em uma pastagem onde eles desmatam 2 ou 3 mil hectares, essa terra não tem potência para resistir, e então com dois anos a terra seca.”

- E porque os projetos pecuaristas se utilizam desse método se eles próprios vão ser prejudicados no futuro?

“A ganância é enorme. Eles querem estabelecer o domínio por toda a região, principalmente com a possibilidade do asfaltamento da estrada. E lá, essa atividade não gera nem ICM (Imposto sobre Comercialização de Mercadoria). No ano passado a borracha, com todo o desgaste que tem sofrido, ainda foi a responsável por 45% da arrecadação do ICM enquanto que a pecuária chegou somente a 5%.”

- Além dos projetos pecuaristas, quais outros tem sido implantados?

“As madeiras, que inclusive são financiadas em dólares por grandes empresas internacionais. O ano passado, entre junho, julho e agosto, saíram do Acre 300 metros do mogno por dia para exportação.”

- E o projeto Calha Norte?

“É mais um outro desastre. Mais uma forma do governo expandir o seu domínio militar por toda a fronteira da Amazônia para, inclusive, evitar o fortalecimento dos trabalhadores.”

- Vocês, que moram na região da fronteira, vêem alguma situação delicada que justifique a implantação do projeto? Como contrabando, fronteira móvel etc.?

“Não. Isso é uma invenção. Nos seringais não existe isso. Durante toda essa década o seringueiro foi o verdadeiro guardião da fronteira Amazônica. O que vai ameaçar essa fronteira é exatamente a devastação, a expulsão dos seringueiros.”

- Como tem sido a relação dos trabalhadores com os militares que estão se implantando na região?

“Não é boa. Eles nos vêm com maus olhos. As pessoas mais afetadas são os missionários que estão trabalhando com os índios. Eles são vistos como elementos perigosos, que estão preparando os índios para uma guerra ou os estão usando. É um argumento que eles estão criando para tentar entrar qualquer organização dos índios. E o pior é a questão da colônia indígena. Agora eles querem transformar o índio em colono, o que é o mesmo que acabar com ele.”

- Existiria a queimada com propósito premeditado de extinguir um objeto de defesa do trabalhador?

“Também. Agora eles também estão alegando, para o Calha Norte, que há grupos de guerrilha, o Sendero Luminoso. São tudo argumentos falsos porque o que poderá criar a

presença desses elementos do lado de cá é a situação criada pela própria devastação, gerando desespero nas pessoas, levando-as a se articularem e criando um foco de resistência. Mas se o seringueiro tem sua área garantida, não vai ser preciso ele se envolver com essas coisas.

- E já aconteceu um conflito mais duro entre os militares e alguma comunidade indígena ou seringalista com a implantação do Projeto?”

“Até o momento, só houve um problema mais sério com índios de outras regiões que nós não atingimos, com os Ticunas. Lá houve um problema sério envolvendo os garimpeiros. Nós ainda não temos nenhum acesso aquela área, mas o Conselho de Segurança Nacional está lá encurralado pelos índios do Acre que não permitiram, em hipótese alguma, a implantação das colônias indígenas. Essa aliança se fortaleceu muito e eles foram agora ao Acre para tentar articular comigo e com outras lideranças, tentando nos fazer convencer os índios a aceitar as colônias.”

- São índios de que nações?

“São os Kaxinawá, os Machineri, os Apurinã, aqueles com quem temos mais contatos.”

- São grupos contatados há muito tempo?

“ Há muito tempo. É um pessoal que já tem 54 cooperativas, tem várias escolas e habita o rio Envira, na região do vale do Juruá.”

- Quais as dificuldades que vocês tiveram para fazer os primeiros contatos com os índios?

“Não foi difícil porque os primeiros contatos foram feitos com as lideranças. Quando chegamos às bases, já fomos com essas lideranças. Isso tornou-se uma pressão muito grande na batalha contra as colônias indígenas. Um coronel do Conselho de Segurança

Nacional me chamou um dia para perguntar porque os seringueiros eram contra a colônia indígena. Eu respondi que éramos contra porque na nossa região o governo taticamente criou um projeto de colonização para acabar com os seringueiros e foi um desastre. E ele me disse: "Isso são esses agitadores de igreja que estão colocando idéias na cabeça de vocês". E eu disse: "Não, não somos tão crianças para não sabermos o que queremos."

- Além dos indígenas, com quais outros setores que vivem e sobrevivem na floresta vocês estão se articulando?

“Mais com o seringueiro e o índio, e também com o colono, o agricultor dos projetos de assentamento, porque eles também estão contribuindo para a devastação sem saber que estão criando um problema futuro para eles mesmos. E com os colonos ribeirinhos também. Muitos foram expulsos pelos fazendeiros. O rio Acre hoje é um rio ameaçado. Antes o próprio transporte da borracha era feito por ele e hoje nem um navio de 50 toneladas consegue mais entrar, assoreou. O próprio clima mudou por causa do desmatamento das margens.”

- Quais são as reivindicações comuns dos seringueiros?

“Hoje a principal luta é pela criação da reserva extrativista. Tivemos uma conquista numa área de 60 mil hectares em Cachoeira, onde os seringueiros se organizavam com piquetes de mais de quatrocentos homens não permitindo o desmatamento, e o Mirad teve que desapropriar. Lá estamos agora abrindo escolas e posto de saúde.”

- Como é a receptividade desse tipo de prática nos grupos da cidade da região?

“Começa aos poucos a crescer uma consciência. A população da cidade se vê sufocada pela fumaça das queimadas que provocam casos de pneumonia, desidratação, malária, sobretudo nas crianças.

O pequeno comércio chamado de regatão, nome que veio dos judeus e turcos que ocuparam a região, tem Xapuri como uma cidade criada por eles. Estes compravam a borracha e a castanha.

Hoje há uma receptividade maior da cidade, mas antes havia um preconceito muito grande da cidade em relação ao campo. Porque o seringueiro, por não ter tido o privilégio de estudar, chegando na cidade, ficava meio atarantado e ia logo tomando sua pinguinha para se encorajar. Então ele era tido como bêbado. Agora não. Hoje ele é tido como uma pessoa de respeito, porque a cidade começou a ver que ela sobrevive graças à resistência do seringueiro.”

Aliança dos Povos da Floresta

Os habitantes tradicionais da floresta amazônica índios, seringueiros, castanheiros etc, baseiam seu modo de vida na extração de produtos como a borracha, a castanha, a balata, os óleos vegetais e outros. Além disso, dedicam-se à caça e à pesca não predatória, bem como à agricultura de subsistência. Esses grupos sociais, os povos da floresta, precisam da mata e dos rios para sobreviver, e sabem como utilizar os recursos naturais sem destruí-los. Eles hoje, enfrentam um inimigo comum: o capitalismo predatório que tem invadido as terras dos índios e de seringueiros. A aliança dos Povos da Floresta é a união dos trabalhadores extrativistas com os povos indígenas para a defesa conjunta da reforma agrária e das terras indígenas. Essa aliança, iniciada a partir do Conselho Nacional dos Seringueiros em assembléias indígenas e na participação de índios nas assembléias de seringueiros. Outros exemplos são a colaboração mútua em projetos de educação, saúde e cooperativismo, no apoio de índios e empates de seringueiros e reivindicações conjuntas contra a implantação de colônias indígenas e contra o projeto Calha Norte, na medida em que esses projetos implicam em medidas agressivas contra pessoas e contra a natureza.

Conselho Nacional dos Seringueiros

O Conselho Nacional dos Seringueiros é uma associação civil de seringueiros e extrativistas que tem como finalidades lutar pela criação de reservas extrativistas, estabelecer alianças com as populações indígenas e defender, no plano legal, econômico e cultural, os interesses específicos dos trabalhadores extrativistas, bem como defender a floresta amazônica. O CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros) foi fundado em 1985 no 1º Encontro Nacional dos Seringueiros que reuniu 130 seringueiros do Acre, Rondônia, Amazônia e Pará, representando doze sindicatos e três associações. Desde então o Conselho vem realizando reuniões municipais, principalmente nos Estados do Acre e Amazonas, visando preparar o 2º Encontro Nacional dos Seringueiros. O Conselho Nacional dos Seringueiros tem levado as propostas dos seringueiros até a opinião pública nacional e internacional, recebendo um apoio amplo de entidades ambientalistas e organizações indígenas. O Conselho encarrega-se de projetos no âmbito cooperativista, educação e de saúde, com assessoria de entidades como o Instituto de Estudos Amazônicos, o Centro de Trabalhadores Amazônicos e outras. Chico Mendes era um membro ativo do Conselho e era o candidato unânime à nova presidência a ser escolhida no 2º Encontro Nacional, a se realizar de 25 a 29 de março de 1989, em Rio Branco – AC (Acre).

Seringueiros Cativos e Libertos

Hoje há dois tipos de seringueiros no Estado do Acre: os "seringueiros libertos" e os "seringueiros cativos". Os seringueiros chegaram à Amazônia no fim do século passado como mão-de-obra para a produção da borracha. A partir de 1912, com a entrada no mercado da borracha extraída de seringais de cultivo, os patrões seringalistas entram em decadência, embora sem desaparecer. Os seringueiros passaram, para sobreviver, a plantar produtos de subsistência à maneira indígena, bem como a caçar, pescar e explorar os recursos naturais de modo variado, sem deixar de produzir borracha. Esses seringueiros permaneciam submetidos ao controle de "barracões", onde eram obrigados a entregar toda sua produção em troca de mercadorias pagas a preços extorsivos.

Para controlar os seringueiros os patrões utilizavam de violência, impedindo os seringueiros de comprar de "marreteiros" (comerciantes) ou "regatões" (comerciantes ambulantes de rios). A partir dos anos 70, com a entrada de fazendeiros no Acre, o sistema dos barracões entra em decadência, principalmente no Acre oriental (vale do Acre e Xapuri), onde os patrões antigos abandonaram os seringais após vendê-los às empresas do sul do país. Surgiram nessas áreas os "seringueiros libertos": os seringueiros que continuaram em suas florestas, recusando-se a abandoná-las, mas agora vendendo livremente seu produto e comprando mercadorias também em liberdade, ou organizando cooperativas. Foram esses seringueiros libertos a base dos sindicatos de Xapuri e de Brasiléia. O Conselho Nacional dos Seringueiros luta não apenas contra a agressão às florestas nas regiões de "Seringueiros libertos", mas também contra a escravidão por dívidas nas regiões de "seringueiros cativos" como o Vale do Juruá.

O Projeto Seringueiro

Com a proposta do Sindicato de Xapuri de se criar cooperativas agroextrativistas, surgiu a necessidade de que os seringueiros soubessem ler, escrever e contar. O projeto Seringueiro foi criado para levar a alfabetização a vários pontos da floresta, o que contribuía com a organização autônoma dos seringueiros. Iniciando em 1981, com a assessoria do Centro de Documentos e Pesquisa da Amazônia, da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) e do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), além da antropóloga Mary Allegretti, o projeto coordena, hoje, dezenove escolas e vários monitores.

Tendo como material didático a cartilha Poronga (lanterna que o seringueiros utiliza na escuridão da floresta), procura-se chegar à alfabetização através das palavras mais utilizadas pelos próprios seringueiros (mata, paxiúba, borracha, empate etc.), ou seja, considerando a realidade sócio-cultural local. Estima-se que mais de mil seringueiros já forma alfabetizados. Além dos conhecimentos adquiridos também na

área de saúde preventiva, onde se procura educar os trabalhadores no trato com seu próprio corpo através de seis postos de saúde nos seringais.

História do Sindicato

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília foi fundado em 1975, tendo Wilson Pinheiro como seu presidente. Entre as várias delegacias sindicais constituídas por este, estava a de Xapuri, que em 1977 tornou-se sindicato. Em 1980, Wilson Pinheiro foi assassinado pelos fazendeiros da região. Em Xapuri, nesse mesmo ano, assumiu o sindicato uma nova direção encabeçada por Derci Teles e formada por Chico Mendes, Raimundo de Barros, Júlio Barbosa, entre outros. Chico Mendes, em 1982, após o término do seu mandato como vereador, assumiu a presidência, substituindo Derci e permaneceu nesse cargo até sua morte.

As colônias de assentamento implantadas pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em Xapuri, não estavam dando certo. Os seringueiros tornavam-se pequenos agricultores e, endividados com os bancos, terminavam perdendo suas terras para os grandes fazendeiros, indo viver nas periferias das cidades. Foi comprando grande parte dessas áreas que Darli Alves formou suas fazendas. A proposta das reservas extrativistas foi a alternativa defendida em oposição às colônias e aos projetos agropecuários, e que tornou o sindicato e seu presidente internacionalmente conhecidos.

Desmatamentos e Empates

Durante os anos 70, o governo militar iniciou um processo de ocupação da Amazônia baseado em empresas agropecuárias e projetos de colonização. Esse processo levou a uma prática de depredação dos recursos naturais da Amazônia e à expulsão de índios e seringueiros de seus territórios. No caso do Acre, a onde de especulação fundiária levou à venda dos antigos seringais e grandes grupos empresariais do

Centro-Sul, que passaram a "limpar" a mata através de queimadas, cujo objetivo era retirar dos seringueiros e castanheiros seu meio de vida.

Em 1976 , iniciou-se uma forma de resistência chamada de "empate". Realizados durante o verão, os empates são ações coletivas que visam impedir (ou "empatar) a ação dos peões encarregados da derrubada. Um grupo de cem a duzentos pessoas (homens, mulheres e crianças) dirige-se pacificamente aos acampamentos e convence os peões a abandonar as motosserras. Os empates de Chico Mendes, em seringais de Xapuri, que a partir de 1986 ganharam apoio nacional, culminaram, em alguns casos, na desapropriação e criação de reservas extrativistas controladas por seringueiros, valendo-lhe o ódio dos fazendeiros. Foi o que ocorreu nas áreas pretendidas por Darly Alves.

Reserva Extrativista

A reserva extrativista é a reforma agrária dos seringueiros. É o reconhecimento de áreas de floresta, ocupadas tradicionalmente por seringueiros e outros extrativistas, como áreas de domínio da União, com usufruto exclusivo dos seringueiros organizados em cooperativas ou associações. Nas reservas extrativistas, não há títulos individuais de propriedade. Nelas serão respeitadas a cultura e as formas tradicionais de organização e de trabalho dos seringueiros, que continuarão a realizar a extração de produtos de valor comercial como a borracha, a castanha e muitos outros, bem como a caça e a pesca não predatória, juntamente com pequenos roçados de subsistência em harmonia com a regeneração da mata. As reservas extrativistas não serão áreas inviáveis economicamente: garantida a floresta, os seringueiros organizados aumentarão a produtividade, introduzindo inovações tecnológicas adequadas. Além disso, darão continuidade à criação de escolas, postos de saúde e cooperativas geridas por seringueiros.

A reserva extrativista não é apenas a reforma agrária dos seringueiros, mas também uma forma de preservação da natureza pelos que dela dependem, e uma alternativa econômica para a Amazônia.

Calha Norte

Calha Norte é um projeto de natureza militar, planejado e coordenado pelo antigo Conselho de Segurança Nacional, com a missão de promover a ocupação da faixa de fronteira da região norte do Brasil com os seguintes países: Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Do lado do Brasil, o projeto atinge os Estados do Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Como tantos outros relacionados às Forças Armadas, este projeto é estritamente controlado pelas próprias instituições militares. Sob a justificativa de "Segurança Nacional", a sociedade civil e suas instituições representativas, como o Congresso Nacional, nunca foram consultadas e nem mesmo informados oficialmente sobre o conteúdo, objetivos e implicações do Calha Norte. Algumas destas implicações, cujos objetivos são questionáveis e de concepção autoritária, recaem diretamente sobre as nações indígenas, populações ribeirinhas e famílias que vivem de atividades extrativistas. Diante da iminente ameaça de expulsão de suas terras, devido à abertura de estradas e militarização de algumas áreas, já ocorreram diversos conflitos na região, principalmente com os Yanomami, que vivem na fronteira do Brasil com a Venezuela.

Reforma Agrária e Ecologia: Uma Só Luta

As idéias básicas pelas quais Chico Mendes lutou - a reforma agrária combinada à defesa da natureza, a aliança dos povos da floresta - estão contidas em vários documentos do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri, da Oposição Sindical de Brasília e do Conselho Nacional dos Seringueiros. Foram defendidas em várias ocasiões em diferentes setores da sociedade, como organizações ecológicas e pesquisadores acadêmicos, entre outros. Elas estão expressas no documento final do Encontro de Fundação do Conselho Nacional dos Seringueiros e na tese apresentada e aprovada no 3º Congresso Nacional da CUT.

Em Defesa da Natureza e dos Povos da Floresta

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (Acre)

1. A CUT deve se posicionar em defesa da autodeterminação das nações indígenas, lutando contra a criação de colônias indígenas e a militarização da Amazônia pelo projeto Calha Norte.
2. Os seringueiros devem ter garantido o direito de posse sobre suas colocações de seringa, lutando:
 - a) pelo fim dos sistema tradicional de seringais ainda existentes na Amazônia onde impera a superexploração dos padrões seringalistas sobre os seringueiros;
 - b) pela imediata desapropriação dos seringais em conflito para a implantação de assentamentos extrativistas de modo a não agredir a natureza e a cultura dos povos da floresta, possibilidade a utilização auto-sustentável dos recursos naturais, incrementando tecnologias secularmente desenvolvidas pelos povos extratores da Amazônia, assim como garantindo-lhes o direito à educação, saúde e programas de desenvolvimento econômico e comunitário.
3. A CUT deve trabalhar no sentido de viabilizar a união dos povos da floresta (índios, seringueiros, ribeirinhos etc) em toda a Amazônia, tomando como exemplo as experiências dos seringueiros e índios do Estado do Acre.
4. A CUT deve empenhar esforços no sentido de estreitar os laços de solidariedade entre trabalhadores de todo o Brasil, para impedir que projetos, como o Calha Norte na Amazônia, que agridem a todo o povo brasileiro, sejam combatidos apenas de forma localizada.

5. A CUT deve denunciar a situação dos brasileiros expulsos pelas frentes de expansão e que hoje se encontram ameaçados de repatriação sem garantias de sobrevivência no Brasil, como cerca de 30 mil seringueiros expulsos do Acre, durante a década de 70 para a Bolívia.

Plataforma do Conselho Nacional dos Seringueiros

Nós, seringueiros, representando os estados de Rondônia, Acre, Amazonas e Pará, reunidos em Brasília de 11 a 17 de outubro de 1985, no 1º Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, tomamos as seguintes resoluções:

I - Desenvolvimento da Amazônia

1. Exigimos uma política de desenvolvimento para a Amazônia que atenda aos interesses dos seringueiros e que respeite os nossos direitos. Não aceitamos uma política para o desenvolvimento da Amazônia que favoreça as grandes empresas que exploram e massacram trabalhadores e destroem a natureza.
2. Não somos contra a tecnologia, desde que ela esteja a serviço nosso e não ignore nosso saber, nossas interesses e nossos direitos. Queremos que seja respeitada nossa cultura e que seja respeitado o modo de viver dos habitantes da floresta amazônica.
3. Exigimos a participação em todos os projetos e planos de desenvolvimento para a região (Planacre, Polonoroeste, asfaltamento da BR-364 e outros), através de nossos órgãos de classe, durante sua formulação e execução.
4. Reivindicamos que todos os projetos e planos incluam a preservação das matas ocupadas e exploradas por nós seringueiros.

5. Não aceitamos mais projetos de colonização do INCRA em áreas de seringueiras e castanheiras.
6. Queremos uma política de desenvolvimento que venha apoiar a luta dos trabalhadores amazônicos que se dedicam ao extrativismo, bem como às outras culturas de interesse, e que preserve as floresta e os recursos da natureza. Queremos uma política que beneficie aos trabalhadores e não aos latifundiários e empresas multinacionais. Nós, seringueiros, exigimos ser reconhecidos como produtores de borracha e como verdadeiros defensores da floresta.

II - Reforma agrária

1. Desapropriação dos seringais nativos.
2. Que as colocações ocupadas pelos seringueiros sejam marcadas pelos próprios seringueiros conforme estradas de seringa.
3. Não divisão das terras em lotes.
4. Definição das áreas ocupadas por seringueiros como reservas extrativistas, assegurado seu uso pelos seringueiros.
5. Que não haja indenização das áreas desapropriadas, não recaindo seu custo sobre os seringueiros.
6. Que sejam respeitadas as decisões do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, no que diz respeito a um modelo específico de reforma agrária para a Amazônia que garanta um mínimo de 300 hectares e um máximo de 500 hectares por colocação, obedecendo à realidade extrativista da região.

7. Que os seringueiros tenham assegurado o direito de enviar seus delegados à Assembléia Nacional Constituinte para defender uma legislação florestal e fundiária de acordo com suas necessidades específicas.

Imagens de Chico Mendes

- Luís Inácio Lula da Silva, deputado federal pelo PT/SP (São Paulo)

“Chico talvez nem soubesse o que queria dizer ecologia e muito menos holocausto ecológico quando começou sua romaria pela floresta para organizar a peãozada dos seringueiros - primeiro, no sindicato dos trabalhadores rurais e, mais tarde, para criar o PT.

Nessas caminhadas pela mata, ele acabou juntando numa bandeira só a luta ecológica, a luta sindical e a luta partidária, porque sabia que elas são indissociáveis, uma alimentando a outra no mesmo ciclo da vida da floresta.

Quando estive pela última vez em Xapuri, no Acre, antes da tragédia da véspera do Natal, para ajudar na campanha do Chico a prefeito, em 1985, a barra já estava pesando. Os fazendeiros do Centro-Sul do país que tinham invadido a região não escondiam de ninguém que ele estava marcado para morrer.

Logo o Chico que foi um dos mais apaixonados defensores da vida que já conheci, um homem tão puro e tão limpo como a água da chuva da mata que foi sua companheira inseparável.

Para honrar seu sacrifício e o de outros tantos companheiros, chegou a hora da nação dar um basta. O povo brasileiro não admite mais ser humilhado, massacrado, dizimado como a Amazônia. Não, não basta pôr na cadeia quem apertou o gatilho só para dar uma satisfação à opinião pública mundial. Chegou a hora de romper com todo este sistema corrompido e

arbitrário que municia as mãos assassinas e que nas últimas duas décadas promoveu um intenso processo de concentração da terra e da renda.

Lá no cantinho do céu, Chico pode ter certeza de uma coisa: nós vamos prosseguir sua luta ainda com mais força, nos campos e nas cidades, para libertar o país de uma vez por todas desses jagunços e seus mandantes, escondidos na selva e nos gabinetes.”

▪ Jair Meneguelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores

“A luta do companheiro Chico Mendes era singular porque vinculava a questão da ecologia com o movimento sindical. Ele foi eleito membro da Direção Nacional da CUT no 3º Concut (Conselho Nacional da CUT), realizado em setembro de 1988, no qual participou representando os trabalhadores seringueiros. Chico apresentou a tese "Em Defesa dos Povos da Floresta", totalmente aprovada pela CUT que a incluiu em suas resoluções. Ele entendia que a defesa do meio ambiente, especialmente no Acre, passa por uma reforma agrária radical, com a desapropriação total das terras e a demarcação de reservas extrativistas e indígenas. Dessa forma, os povos da floresta ficariam protegidos contra a ganância dos grandes grupos de fazendeiros e empresas que insistem em implantar projetos agropecuários, contrariando frontalmente o desenvolvimento racional da Amazônia, que tem nos produtos da floresta uma importante alternativa de riqueza econômica e ecológica.

Chico mobiliza e organiza os trabalhadores em torno dessa luta. Ele tinha uma perspectiva de classe e isso incomodou os poderosos. Os empates, uma das formas de luta dos seringueiros, impedem o desmatamento e forçam o governo a demarcar as reservas extrativistas que, onde foram implantadas, se constituem em maior sucesso, tanto que o menor índice de desmatamento da Amazônia, em 1988, ocorreu no Estado do Acre.

A perseverança de Chico e sua liderança junto aos trabalhadores atraíram o ódio dos fazendeiros locais que, estimulados pela impunidade, o assassinaram. Chico Mendes entrou na lista dos 97 trabalhadores rurais assassinados em 1988 exatamente porque não há

punição dos mandantes e dos assassinos. A responsabilidade por sua morte, porém, será apurada até o fim.

A Central Única dos Trabalhadores está acompanhando de perto, através do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais, as investigações e o processo criminal, e não arredará pé até que se faça justiça, com a prisão e punição de todos os responsáveis.

Chico era a própria floresta amazônica. Suas idéias estão impregnadas em cada canto da mata, entre os seringueiros e índios, em cada árvore que ainda continua de pé graças à sua luta. A semente que ele plantou será regada com o destemor dos trabalhadores na defesa de seus direitos.”

▪ Júlio Barbosa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri.

“No Brasil, existe um monte de ecologista que defende a ecologia, mas defende a ecologia da seguinte maneira: defende o verde, defende a não poluição das águas, defende a respiração do oxigênio puro. Mas em meio a esses ecologistas surgiu um que não foi formado em universidade nenhuma, que foi ecologista na prática, vivendo o dia-a-dia.

Foi exatamente o Chico Mendes. Agora uma coisa que me deixa preocupado é que os jornais anunciaram o Chico Mendes como o grande ecologista, o sindicalista ecologista, mas o que eu vejo é o seguinte: na história toda o Brasil nunca tinha ouvido falar que um ecologista foi assassinado. O primeiro a ser morto foi o Chico Mendes. Agora, veja bem, alguém que não foi para a universidade foi morto. Porque o Chico Mendes foi morto?

Porque, mais do que ecologista, de defender o verde, defender o meio ambiente, defender a não poluição, ele defendia uma coisa muito mais importante para a classe que ele pertencia que era a reforma agrária para o trabalhador, para o seringueiro, a reserva extrativista.

A ecologia do Chico era diferente da ecologia de todo o Brasil, era uma ecologia que eu acho que todo ecologista tem que colocar na cabeça hoje, que é exatamente esta que precisa para a floresta amazônica. Um ecologista que vá lá também defender a reforma agrária. Não é só defender a não poluição, defender o meio ambiente. Ou defende-se a reforma agrária ou do contrário um dia não vai mais ter ecologista porque vai se acabar a floresta no mundo inteiro.”

- Raimundo de Barros, seringueiro, tesoureiro do Conselho Nacional dos Seringueiros.

“Nós, os seringueiros, continuaremos a luta, não esmoreceremos.

Podem cair mais companheiros. Eu posso ser o próximo a cair, mas nós só deixaremos de estar junto de vocês, só deixaremos de continuar lutando, no dia que seguirmos também o caminho do companheiro Chico Mendes.

Peço aos companheiros que representam entidades ou que representam a si mesmos, que são solidários, que estão dispostos a dar o que puder de si em defesa da causa dos seringueiros, não só de Xapuri mas de toda a Amazônia, que o façam e comecem logo, tanto os companheiros do Acre, como os companheiros do Brasil e os que estão no exterior.

Ajudem-nos, nós precisamos de ajuda, precisamos da presença de vocês, precisamos de recursos, precisamos que vocês divulguem as nossas lutas onde der para serem divulgadas. São essas as minhas palavras.”

- Mary Helena Allegretti, presidente do Instituto de Estudos Amazônicos.

“Chico Mendes fez uma trajetória original no movimento social. De seringueiro se transformou em sindicalista e de sindicalista em ambientalista, sem perder o que havia de peculiar em cada uma dessas posições. Sua liderança era uma síntese: vivia com a simplicidade de um seringueiro, era crítico com relação às condições econômicas e sociais

dos trabalhadores do Brasil e incisivo quando propunha alternativas aos desmatamentos na Amazônia. O impacto da morte dele revelou ao mundo suas qualidades: retidão de caráter, amplitude da luta para a humanidade e emoção nas ações que empreendia.”

- Ermano Allegri, do Secretariado Nacional do CPT (Conselho de Preservação da Terra)

“O assassinato de Chico Mendes corresponde ao número 90 na triste numeração de nossa pesquisa sobre violência no campo em 1988. Uma violência com raízes profundas que vem de uma cultura coronelística, arrogante e antiga, mas que assume, hoje, o rosto "moderno" do terrorismo profissional.

A violência agora é seletiva, escolhendo a dedo as suas vítimas, na tentativa de dismantelar a organização dos trabalhadores. Atrás de assassinatos, despejos e queima de casas aparece com clareza a organização dos latifundiários, a União Democrática Ruralista (UDR) que, por meio do discurso da livre iniciativa, tenta inutilmente esconder da opinião pública nacional e internacional a sua responsabilidade pelo atraso da reforma agrária e pelos muitos crimes no campo, inclusive o assassinato de Chico Mendes.

Igualmente responsáveis são os constituintes que votaram contra as propostas populares, adiando mais uma vez a solução de tantos problemas. Responsável é ainda o poder judiciário que se omite constantemente na apuração e punição dos crimes, chegando à clara e aberta conivência com o latifúndio.

E, finalmente, responsável é o governo, que encobre e alimenta com gordos incentivos fiscais aqueles que deveriam prestar contas à sociedade pela fome que vem de tanta terra improdutiva.

Nesse tempo, porém, assistimos a uma reação nova da sociedade civil. A sociedade nacional e internacional está dando um basta ao "fica por isso mesmo", encostando as

autoridades na parede. A ansiedade de pessoas e organizações por uma relação respeitosa e justa na sociedade está conseguindo mudar a relação de forças.

As denúncias e os trabalhos de organização estão abrindo e conquistando novos espaços democráticos em que os trabalhadores rurais são, definitivamente, cidadãos de pleno direito. Por isso acreditamos que Chico Mendes, assassinado dois dias antes do natal, é, para os trabalhadores a nova estrela que aponta o caminho a seguir.”

- Fábio Feldmann, deputado federal pelo PSDB (Partido Socialista Democrata Brasileiro)/SP.

“De nada adiantaram os avisos de que a vida de Chico Mendes estava em perigo: uma liderança que simbolizava a aliança entre os militantes do movimento ecológico e os seringueiros, estes últimos habitantes familiarizados com a floresta tropical, da qual tiram seu sustento sem destruí-la, e que enfrentam, dia a dia, os interesses daqueles que querem transformar a Amazônia em grandes capitâneas hereditárias.

Os seringueiros, sem sombra de dúvida, representam hoje a linha de frente de resistência a esse projeto de um imenso loteamento amazônico, a grande floresta dando lugar às pastagens. O bom senso e a inteligência adquiridos através de longos anos de convivência em a natureza sendo massacrados pela ganância de latifundiários truculentos...

Venceu o atrevimento daqueles que contam com a certeza da impunidade, assegurada pela omissão criminosa das altas autoridades neste país. Estavam todos notificados e bem avisados. Só não se deu a data e o local, pois os outros componentes do cenário estavam montados.

Nesta altura dos acontecimentos a única alternativa para se dar um paradeiro à situação é um ampla mobilização da sociedade civil, por todos os meios existentes à sua disposição, demonstrando-se com vigor que a democracia brasileira está em jogo na medida em que

métodos fascistas são empregados para se eliminar lideranças importantes dos movimentos sociais (esse filme não é novo).

Nenhum de nós, amigos e companheiros de Chico Mendes, iremos nos conformar com a brutalidade de sua morte. Ficou marcado o gosto da nossa impotência perante um atrevimento respaldado pela deliberada falta de vontade política das autoridades públicas responsáveis pela segurança dos cidadãos que assinam a sua própria sentença de morte quando assumem o papel de liderar movimentos sociais que, enfim, mudam o rumo da história.”

- Ailton Krenak, coordenador da União das Nações Indígenas.

“A melhor maneira de se entender um pouco o significado da luta de Chico Mendes é prestar atenção num pequeno episódio da nossa, história recente. O Acre é uma região da Amazônia onde até a década de 70 não havia qualquer reconhecimento da existência das populações indígenas. As antigas áreas indígenas das doze tribos daquela região tinham se transformado em seringais sob controle dos coronéis da borracha e os índios em escravos destes seringais.

Os seringueiros, historicamente, tinham se constituído numa espécie de guarda dos padrões no processo de domesticação dos índios e chegaram a ser aliciados para fazerem guerras punitivas contra grupos indígena pelo resgate de sua condição e retomada do domínio de seus territórios, o movimento dos seringueiros, liderado por Chico Mendes, teve a sensibilidade de superar esta histórica inimizada manipulada pelos patrões e lançar as bases da atual aliança dos povos da floresta, que o Chico resumia assim: "Nosso povo é o mesmo povo, nós não somos mais brancos. Temos uma cultura diferente da dos brancos e pensamos diferentes dos civilizados. Aprendemos a todas as nossas necessidades básicas e já criamos uma cultura própria, que nos aproxima muito mais da tradição indígena do que da tradição dos ‘civilizados’. Nós já sabemos disto, agora o Brasil precisa saber disto. Nunca mais um companheiro nosso vai derramar o sangue do outro, juntos nós podemos

proteger a natureza que é o lugar onde nossa gente aprendeu a viver, a criar os filhos e a desenvolver suas capacidades, dentro de um pensamento harmonioso com a natureza, com o meio ambiente e com os seres que habitam aqui".”

- Fernando Gabeira, presidente nacional do Partido Verde.

“Chico Mendes não era um líder sindical qualquer. Seu extraordinário alcance mundial se deve ao fato de que compreendeu melhor que ninguém como era necessário combinar a luta pela justiça social no Brasil com a preservação do meio ambiente.

Claro que sua atividade contribuiu muito. Ele trabalhava a seringueira. Dependia dela e teve de encarar de frente os grandes fazendeiros cujo objetivo era fazer da Amazônia um grande pasto de bois. A intuição de Chico não parou aí, na combinação da ecologia com a luta sindical. Ele estimulou também uma forma de luta pacífica chamada empate que foi desenvolvida em vários pontos do Acre e impediu que o Estado fosse devastado como foi Rondônia. A capacidade de achar a luta pacífica, de envolver as crianças e mulheres no mesmo processo, uma vez que era o destino de todos que estava em jogo, fez de Chico Mendes um grande articulador no campo do que havia de moderno nas lutas urbanas do mundo.

Estivemos juntos algumas vezes, e nos encontros que participou no Rio demonstrou uma incrível capacidade de explicar seu trabalho, de introduzir os segredos da floresta para os que apenas a conheciam em filmes e sonhos. Sua luta era duplamente universal. Era um trabalhador e por isso tinha condições de falar pelo conjunto, e era ecologista. Quando essas duas condições se unem, fica claro para todo o resto da humanidade quem fala a linguagem universal, quem fala a linguagem do interesse particular.

A capacidade de antevisão de Chico Mendes deverá ser nos próximos anos uma grande inspiração para a lutar popular no Brasil. Se compreendermos como ele compreendeu que não há futuro na luta sindical sem uma ligação com o meio ambiente e não há futuro na luta

ambiental se não for conduzida pelos assalariados, poderemos achar uma fórmula nova capaz de fundir o internacionalismo dos trabalhadores com a solidariedade planetária em torno da defesa da vida humana, animal e vegetal.

Chico Mendes morreu em Xapuri, em 22 de dezembro. A luz de seu exemplo vai dirigir os próximos passos da luta de transformação do Brasil. Seus matadores continuam vivos, mas o peso de sua morte lenta vai mostrar para o resto do mundo que alguma coisa mudou.”

A Morte Anunciada

Dentro da onda da violência e impunidade que marca o país, o assassinato de líderes sindicais começa a fazer parte do cotidiano das notícias. É neste cenário que se inscreve a morte de Chico Mendes. No Acre, desde de maio de 88, acumulou-se uma série de crimes não apurados devido ao descaso das autoridades: em 26 de maio, dois seringueiros foram baleados durante manifestações no prédio do IBDF, em Xapuri, por dois pistoleiros que fugiram de motocicleta. Foram identificados posteriormente por testemunhas, mas o inquérito policial não acompanhou todos os fatos. As suspeitas recaíram em Darli e Alvarino Alves da Silva; em 17 de junho, o dirigente do Sindicato de Xapuri e candidato a vereador do PT, Ivair Higino de Almeida foi assassinado.

Os suspeitos foram identificados como Cícero Tenório Cavalcante e os sobrinhos de Darli Alves da Silva. O inquérito não apurou a autoria do crime; em setembro, outro seringueiro foi assassinado no município de Xapuri e apareceram como suspeitos, filhos e parentes próximos de Darli e Alvarino. O caso não foi apurado; ainda em setembro, dois corpos foram encontrados ao lado da casa da sede da fazenda de Darli. Ele próprio comunicou o fato à polícia, que fez o sepultamento na própria fazenda sem proceder ao exame. Posteriormente a polícia fez a exumação dos cadáveres e levou uma equipe médica de Rio Branco para fazer os exames, visto que os médicos locais se recusaram a atestar a "causa mortis".

Os crimes também não foram apurados; em 26 de setembro, a Polícia Federal do Acre recebeu carta precatória originária da Comarca de Umuarama, no Paraná, com o fim de efetivar a prisão preventiva de Darli e Alvarino. Na tarde de 27 de setembro, Chico Mendes testemunhou a presença de Darli em frente à Polícia Federal. De um hotel próximo ao local Chico telefonou imediatamente pedindo a prisão de Darli. Nada foi feito. A carta só foi enviada ao juiz de Direito da Comarca de Xapuri no dia 13 de outubro. Os mandados de prisão foram executados no dia 19 de outubro mas os fazendeiros fugiram; 17 de novembro, Chico Mendes denunciou ao juiz da Comarca por carta, que Darli e Alvarino estavam tramando seu assassinado. No mesmo mês e com o mesmo teor, ele escreveu carta ao secretário de Segurança Pública, ao Governo Estadual e ao Superintendente da Polícia Federal; em 29 de novembro, o Sindicato de Brasiléia remeteu telex ao governador Flaviano Melo, ao diretor geral da Polícia Federal, Romeu Tuma e ao Secretário da Segurança Pública, denunciando ameaças de assassinato de trabalhadores rurais em Xapuri e Brasiléia. Não obteve resposta. Em 5 de dezembro, os sindicatos de Brasiléia e Xapuri, o Conselho Nacional dos Seringueiros e o Centro de Trabalhadores da Amazônia remetem novamente telex a essas autoridades.

Durante todo esse período, Chico Mendes denunciou de várias outras formas também as ameaças que vinha sofrendo. Em entrevista ao Jornal do Brasil, no dia 9 de dezembro, ele falou a respeito: "Minha segurança ultimamente foi reforçada no Acre da decisão do governador Flaviano Melo. Ele sabe que meu assassinato vai complicar a situação do Estado. Não que a morte de seringueiro no Acre seja novidade. Mas é que nosso movimento tornou-se conhecido mundialmente. Principalmente junto à autoridades do Banco Mundial, do BID e do Congresso Americano. Ora, não se bate de frente nessas entidades. Hoje minha vida passa pelos policiais da PM. Tenho tido uma relação amigável com os meus 'seguranças'.

Eu tenho consciência de que todas as lideranças populares nesses últimos dez anos advogados, padres, pastores, líderes sindicais, todos eles foram mortos mesmo com garantia de vida do governo. Não precisa nem citar exemplos, pois eles

estão vivos na memória de todos. Tenho esperança de continuar vivo. É vivo que a gente fortalece essa luta. De parte do governo do Estado não tenho por que temer. Pelo contrário. Agora, por outro lado, eu estou diante de dois inimigos poderosos: a UDR e a Polícia Federal do Acre".

Apesar das denúncias, dos pedidos de proteção por parte de entidades ambientalistas, personalidades políticas e dirigentes sindicais, do governador ter colocado dois PMs como segurança, Chico Mendes foi assassinado no quintal de sua casa com um tiro de escopeta, no dia 22 de dezembro de 1988.

Chico podia pressentir sua morte após tantas ameaças e atentados sofridos. Ele não queria e não podia morrer assim. Um dia ele afirmou: "Se descesse um enviado dos céus e me garantisse que minha morte iria fortalecer nossa luta até que valeria a pena. Mas a experiência nos ensina o contrário. Então eu quero viver. Ato público e enterro numeroso não salvarão a Amazônia. Quero viver."

- Trechos da carta enviada ao superintendente de Polícia Federal, Mauro Epósito em 30 de novembro de 1988:

"Venho, pela presente, expressar-lhe a nossa preocupação com relação aos últimos acontecimentos relacionados aos pistoleiros Darli e Alvarino Alves, ambos proprietários da fazenda Paraná, em Xapuri. Como é do conhecimento de V. Sas., desde o mês de setembro do corrente ano foi expedido, pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca de Umuarama-PR, um mandato de prisão para os referidos pistoleiros cujo mandato foi encaminhado para sua mão para que fosse cumprido imediatamente. Depois de alguns dias de atraso, o Juiz da Comarca de Xapuri recebe o mandado de prisão e, na mesma hora manda executá-lo.

A Polícia Militar de Xapuri, atendendo ordem do juiz, deslocou-se imediatamente para a fazenda Paraná a fim de cumprir a ordem e, para surpresa da PM, ao cercarem a residência dos pistoleiros, os mesmos já estavam foragidos, ou seja, tinham sido avisados com

antecedência. Na ocasião, houve muita especulação sobre quem devia ter avisado os pistoleiros. E, para a surpresa minha e de todos os companheiros, tivemos a informação de que o Sr. foi o autor do aviso, ou seja, deu todas as dicas para que os mesmos se livrassem da prisão. As informações partem dos próprios pistoleiros e de seus filhos que se orgulham em dizer que seus pais têm muitos amigos, inclusive na Polícia Federal, que os colocam a par de tudo.

Nós, que apesar de sermos muitas vezes acusados e caluniados de agitadores, de criarmos a baderna, nunca pautamos pela violência e nunca uma gota de sangue foi derramada sob nossa responsabilidade. Enquanto isso, o Sr. é sabedor de que hoje sou obrigado a andar com dois guardas de segurança porque Darli e Alvarino já disseram que só se entregarão à Justiça depois de verem meu cadáver. Seus jagunços andam a vontade por todos os lugares espalhando a intimidação e, quando, em Xapuri, a PM prende qualquer um dos pistoleiros, a Polícia Civil solta imediatamente por ordem do delegado e do prefeito da cidade.

Não podemos ficar calados diante de uma situação dessa natureza. Não é possível se ficar calado diante de tanta injustiça. Nunca foi costume nosso criar atritos com quem quer que seja. Mas agora não dá para ficar no silêncio. São vidas humanas que estão em jogo. São dezenas de vidas que já foram ceifadas brutal e covardemente.

Esta carta é no sentido de se tentar esclarecer o que está por trás de tudo isso. O que significa Darli e Alvarino ficarem muitos dias em Brasília muita gente deve saber, menos as autoridades de segurança daquele município. Como fica o conceito da PF e da Secretária de Segurança diante de tudo isso?

Aqui encero esta humilde carta, mas que expressa a minha preocupação por tudo que vem acontecendo além das informações surpreendentes.

Atenciosamente,

Francisco Alves Mendes Filho

Presidente dos Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e membro do Conselho Nacional dos Seringueiros"

Programa Seringueira – Látex

A borracha natural da Amazônia passa por uma crise desde que as safras dos seringais plantados no Centro-Sul chegaram ao mercado, crise essa que deve se agravar com a recente abertura das importações e o fim dos subsídios, previsto para breve. Além da distância dos centros consumidores, a borracha amazônica tem problemas de qualidade, devido ao tratamento dado ao látex para armazenamento e transporte.

Uma equipe de 5 químicos e engenheiros florestais trabalha desde 1995 no Laboratório de Tecnologia Química da Universidade de Brasília (UnB), para contornar esses problemas de qualidade. E já começa a levar os primeiros resultados para os seringais do Juruá, na margem direita do rio Amazonas.

"A borracha dos seringais nativos da Amazônia tem um peso molecular maior do que a dos seringais plantados e essas moléculas mais complexas permitem criar nichos técnicos de mercado, como fitas adesivas e colas", exemplifica o químico Floriano Pastore Júnior, coordenador da equipe na UnB. Ele desenvolveu uma tecnologia alternativa de tratamento do látex, ainda nos seringais, que permite manter as qualidades especiais da borracha amazônica e elimina a necessidade de usinagem, agregando valor ao produto amazônico e eliminando intermediários.

Apelidada de Tecbor, a nova tecnologia consiste na coagulação do látex em bandejas e não em placas ou bolas, com ácido pirolenhoso ao invés do tradicional ácido acético. O látex coagulado é então prensado e posto em "varais" protegidos do sol e chuva, ao invés de ser defumado. "Tivemos problemas com fungos na fase de armazenagem e transporte, mas já encontramos uma solução, com o uso de uma pasta preservante entre as folhas de borracha, depois embalada em plástico", comenta Pastore Jr. A pasta preservante ainda será aperfeiçoada, mas a borracha tratada com a nova

tecnologia já pode ir para o mercado. Para o seringueiro, um quilo da borracha tradicional, quando encontra comprador, rende cerca de 90 centavos, dos quais ainda se desconta o frete até a usina. A borracha tratada com a nova tecnologia rende de 1,50 a 2 reais o quilo.

A equipe da UnB agora pesquisa formas de produzir o ácido pirolenhoso em cidades próximas dos seringais, como Carauari, sede do município onde os primeiros 40 seringueiros experimentaram a Tecbor. Atualmente o insumo é proveniente da Bahia.

A borracha de alta qualidade, resultante do novo processo, já encontrou mercado no Rio Grande do Sul, na indústria automobilística, que testa sua aplicação como redutora de atrito em amortecedores. A organização ambientalista Greenpeace também busca mercado no exterior para as folhas de borracha, como mouse pads de computadores. As folhas podem, ainda, ser vulcanizadas e utilizadas em diversos produtos domésticos e de escritório, como jogos americanos, porta copos, porta papéis etc.

Ciclo da Borracha

A importância da Cultura

A seringueira *Hevea brasiliensis* é a maior fonte de borracha natural, matéria prima utilizada no transporte, indústria e material bélico, etc. Atualmente existe no mercado global mais de 50 mil artigos no geral constituídos de borracha, sendo que são necessários cerca de 600 kg para um aeroplano e 68 toneladas por um navio de guerra.

Única entre os produtos naturais, a borracha natural é possuidora de elasticidade, plasticidade, resistência ao desgaste, propriedades isolantes de eletricidade, e impermeabilidade para líquidos e gases. Obtida das partículas contidas no látex, fluido citoplasmático extraído continuamente dos vasos laticíferos situados na casca

das árvores por meio de cortes sucessivos de finas fatias de casca, processo denominado de sangria.

A borracha sintética obtida do petróleo possui quase a mesma composição química da borracha natural, suas propriedades físicas são viáveis para alguns manufaturados, porém, são inferiores para luvas cirúrgicas, preservativos, pneus de automóveis, caminhões, aviões de refrigeração e revestimentos diversos.

A espécie *H. brasiliensis* é a fonte principal de borracha natural produzida no mundo. Sua produção mundial em 2000 foi de 6.630 mil toneladas, para um consumo de 7.361 mil toneladas do qual mais de 75% é originária do sudeste asiático, como a Tailândia (36%), Indonésia (23%) e Malásia (8%). Em 2000, a Tailândia produziu, 2.346 mil toneladas, Indonésia 1.556 mil toneladas e Malásia 615 mil toneladas. No mesmo ano, o Brasil produziu 88,0 mil toneladas, menos de 1,0% da produção mundial.

Os maiores consumidores são os Estados Unidos seguido dos países da Comunidade Européia, China e Japão. A Ásia como um todo consome 42% da borracha natural produzida.

Tanto a Índia como a China produzem anualmente cada, cerca de 629 mil toneladas e 445 mil toneladas de borracha, respectivamente. A Índia consome tudo que produz e tem a mais alta produção por hectare (1300 kg/ha/ano) em propriedades familiares e a China produz quase metade do seu consumo.

A indústria de pneumáticos consome quase três quartos da borracha produzida no mundo. As três maiores marcas de pneus (Michelin, Bridgestone e Goodyear) contribuem com quase 55% da produção mundial de pneus. As demais como a Continental Dunlop e Pirelli produzem em torno de 20% do total.

A quantidade de borracha natural utilizada em pneus de carro de passeio é em torno de 20% (média mundial), 50% em pneus de veículos utilitários, e mais de 80% em caminhões pesados e 100% em tipos de pneus do tipo especiais como é o de avião.

O Brasil, berço do gênero *Hevea*, continua sendo um país importador de borracha natural. Para um país que possui, em relação aos demais países produtores, área incomparavelmente maior para o plantio de seringueira, o déficit de produção significa, no mínimo, descaso para um produto estratégico de tão alto valor econômico-social. Segundo dados oficiais da CONAB (Conselho Nacional de Abastecimento), em 2000, para um consumo de 236 mil toneladas, foram importadas 138 mil toneladas de borracha natural. Nesse mesmo ano, o Brasil atingiu a produção recorde de 88 mil toneladas.

Deste total, no mesmo ano os seringais paulistas participaram com 51% da borracha produzida no país (44.880 toneladas), evidenciando a crescente importância no suprimento de borracha para a indústria nacional, conferindo ao Estado de São Paulo a condição de primeiro produtor de borracha natural do Brasil. Particularizando as áreas de escape, só o Estado de São Paulo possui 14 milhões de hectares aptos à heveicultura.

O Estado de São Paulo contava em 2000 com cerca de 47.000 hectares plantados com seringueira, abrangendo mais de 2.400 heveicultores, ou seja, uma média de 16,66 hectares por propriedade. Várias regiões do Estado são aptas à heveicultura, entre elas as mais conhecidas são: São José do Rio Preto, Barretos, General Salgado, Catanduva, Tupã, Votuporanga, etc, todas situadas no Planalto Ocidental do Estado englobando 90% da área plantada, onde situa-se a região mais importante do cultivo, com 45% da área com seringueira, despontando um grande potencial de cultivo, notadamente pelas condições climáticas que minimizam o risco de insucesso.

Os seringais paulistas são os mais produtivos do Brasil, com produtividade média superior a 1.200 kg/borracha/ha/ano, sendo que, nas áreas em que há maior conhecimento tecnológico a produtividade é superior a 1.500 kg/ha/ano. Esta produtividade média coloca o Estado de São Paulo entre os mais produtivos do mundo quando comparado com as médias dos tradicionais países produtores: Tailândia (1º) 1.100 kg/ha, Indonésia (2º) 750 kg/ha e Malásia (3º) 1.000 kg/ha. Estes três países juntos contribuem com 75% da produção mundial, e 85% desta produção é originária de pequenas propriedades familiares.

A previsão de economistas internacionais é de que as curvas de produção e consumo tendam a divorciar-se nesse milênio, quando o mundo, no ano 2020, estará produzindo cerca de 7,06 milhões de toneladas, diante de um consumo de 9,71 milhões de toneladas.

Antecedentes e Regiões de Produção

Até o início deste século, o Brasil era o maior produtor de borracha natural do mundo. Toda a produção brasileira era originária dos seringais nativos, localizados no interior da Amazônia. Com a entrada da borracha dos seringais de cultivo (iniciados com sementes originárias do Brasil) localizados no sudoeste asiático, com preços mais competitivos do que a borracha nacional, desencadeou-se uma profunda transformação no setor. O Brasil, de maior exportador, em pouco tempo passou à condição de importador. Atualmente a produção brasileira representa 0,8% da produção mundial, que é de 5,7 milhões de toneladas. Em 1996 foram produzidas aproximadamente 51 mil toneladas e consumidas 144 mil toneladas. Houve um déficit de 93 mil toneladas, equivalentes a US\$ 138 milhões. A Tailândia é a atual líder da produção mundial, seguida da Indonésia e Malásia. Os grandes centros produtores estão concentrados, sendo que a Ásia responde por 95% do total, ficando a África e América Latina com 3,8% e 1,2%, respectivamente.

Na década de 60/80 o Governo Federal procurou incentivar a cultura da seringueira através de créditos, e a criação de um órgão responsável pelo setor: a Superintendência de Desenvolvimento da Borracha - SUDHEVEA. Apesar de três planos de crédito e incentivos para cultivo da seringueira, denominados Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural - PROBOR I, II e III, a produção ainda continuou incipiente, e a SUDHEVEA foi extinta em 1986. A política governamental não conseguiu evitar o declínio da produção dos seringais nativos da região norte da Amazônia, mas proporcionou destacado crescimento da produção dos seringais de cultivo implantados nos Estados da Bahia, Mato Grosso e São Paulo. Este último, maior produtor nacional, com uma área plantada de 33 mil hectares, dos quais apenas 11 mil hectares encontravam-se em produção em 1994, colocando no mercado 15 mil toneladas anuais. Mato Grosso foi o único estado da Amazônia Legal onde o PROBOR apresentou melhores resultados. O total de seringais plantados com os incentivos do programa ocupam aproximadamente 200 mil hectares. A produção de todos os seringais nativos da Amazônia, em 1995, foi de 3.227 toneladas, sendo 1.969 toneladas em Rondônia, 1.431 toneladas no Acre, 82 toneladas no Pará e 18 toneladas no Amazonas. Esta produção representa aproximadamente 8% da produção nacional.

O declínio do extrativismo da borracha vem provocando grandes problemas sociais, econômicos e ecológicos em toda a Amazônia. Os extrativistas tradicionais (seringueiros) têm sido os mais prejudicados pela falta de uma política para o setor. A miséria e a pobreza atinge aproximadamente 90 mil famílias que manejam há décadas as árvores de seringueiras, além de contribuírem substancialmente para a preservação das florestas e a biodiversidade do maior ecossistema do mundo.

O governo, de forma isolada, não consegue soluções para o problema. A participação da iniciativa privada com investimentos que possam agregar valor à borracha na própria região, promovendo a modernização do sistema tradicional de produção e comercialização, poderá ser uma alternativa concreta para revitalização do

setor. A borracha natural é matéria-prima estratégica para a indústria de pneumáticos e artefatos diversos.

Nos Estados Unidos o consumo "per capita" é de 11,5 kg; no Japão 8,5 kg e no Brasil 3,0 kg. As perspectivas do aumento do consumo é crescente na medida em que há expansão da industrialização.

Na Amazônia Legal, existe atualmente uma estrutura de produção e beneficiamento mal aproveitadas, entretanto esta estrutura é capaz de garantir matéria-prima para os diversos setores da indústria que utilizam borracha natural como matéria-prima.

No Estado do Maranhão foram produzidos, em 1995, 495 toneladas de borracha sólida, oriundas de seringal de cultivo.

O Estado de Mato Grosso possui uma área plantada de 62 mil hectares, estando em produção 20 mil hectares, desde 1994, produzindo 14,32 toneladas anuais. Os principais seringais nativos estão concentrados na região norte do estado em Aripuanã e Porto dos Gaúchos. A produção desses seringais é vendida para usinas localizadas em Rondônia e Amazonas. Os principais seringais plantados localizam-se nos municípios de Itiguirá, Dom Aquino, Pontes de Lacerda, Barra do Bugre, São José do Rio Claro e Santa Terezinha. Existem no estado diversas usinas de pequeno e médio porte funcionando regularmente. Nestas usinas, em maio de 1997, o estoque de borracha beneficiada do tipo GEB 1 - Granulado Brasileiro Tipo 1 (utilizado nas indústrias de artefatos e pneumáticos) era de 1.137 toneladas.

No Estado do Acre, praticamente toda a produção é originária dos seringais nativos localizados no Vale do Rio Acre. Os principais pólos de produção estão localizados nos municípios de Xapuri, Sena Madureira, Epitaciolândia, Brasiléia e Assis Brasil. Atualmente estão desativadas diversas usinas de beneficiamento instaladas no

estado. Em meados de 1997, entraram em produção 2 usinas administradas por associações e cooperativas de seringueiros, localizados nos municípios de Xapuri e Sena Madureira. O estoque, em maio de 1997, de GEB 1, era de 300 toneladas.

Nos Estados do Amazonas, Rondônia e Amapá a origem da produção é igual a do Estado do Acre. As principais regiões produtoras no Amazonas são: rio Negro, Juruá, Coari, Manaus, Itacoatiara, Pirintins, Boca do Acre, rios Purus e Madeira; em Rondônia: Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Costa Marques, Cacoal e Vilhena; e, no Amapá: Mazagão e Laranjal do Jari.

Não existe registro de estoque de GEB 1 nos Estados do Amazonas e Amapá. Em Rondônia o estoque, em maio de 1997, era de 189 toneladas. No Estado do Pará a produção é originária de seringais de cultivo e nativos. As principais regiões produtoras são: Baixo Amazonas, Almerim, Marajó, Furos de Breves, Arari, Nordeste e Sudoeste Paraense. O estoque de GEB 1 em maio de 1997, nas usinas instaladas no estado era de 45 toneladas.

A Floresta Amazônica estende-se por nove países da América do Sul (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela), com 60% de sua mata no Brasil, onde ocupa os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Com aproximadamente 500 milhões de hectares de extensão (dos quais 330 milhões são de floresta) a Amazônia brasileira abriga uma invejável variedade vegetal e animal. Este tesouro natural soma 30% das combinações de vida na face da terra: três mil espécies madeireiras (mognos, ipês, castanheiras, faveiras, angelins, jatobás e outros), três mil tipos de peixe (pirarucu, tucunaré, peixe-boi, tambaqui, etc) e 10 milhões de insetos diferentes.

Na bacia hidrográfica da Amazônia convergem rios e igarapés com 20% de toda água doce do planeta. O Rio Amazonas percorre 6.868 quilômetros da nascente, na Cordilheira dos Andes, até à foz, na Ilha de Marajó, quase a mesma distância entre Nova Iorque e Berlim.

Neste território tropical habitam cerca de 213 nações indígenas e 63 mil famílias de seringueiros em Terras Indígenas e Reservas Extrativistas demarcadas pelo governo a partir de reivindicações iniciadas na década de 70.

A enorme diversidade biológica da Amazônia não constitui uma fonte inesgotável de riquezas. Longe disso, o fraco solo, argiloso ou arenoso, responde mal à monocultura e não facilita o reflorestamento no caso de devastação. A exploração predatória e imediatista de recursos naturais como a madeira coloca em constante risco o equilíbrio ambiental da floresta, uma máquina perfeita que produz seu próprio combustível.

O alimento da mata provém da decomposição dos seus próprios galhos, folhas, frutos e fungos que, acumulados no chão, geram uma espessa camada de nutrientes. A chuva, elemento essencial para a manutenção deste ecossistema, também segue a mesma lógica. Resulta em grande parte da transpiração das plantas e árvores.

Na Amazônia chove em média 2.300mm por ano, quase o dobro do volume registrado no Sudeste do Brasil. Embora a temperatura média seja de 26° C, há duas estações bem definidas: o "inverno" de chuvas freqüentes e intensas (dezembro a março) e o "verão" de poucas chuvas (maio a novembro).

O calor permanente e a umidade do ar, sempre superior a 80%, criam condições ideais para a multiplicação dos fungos, líquens e microorganismos que desenvolvem o trabalho estratégico de decomposição acelerada de matéria orgânica para a sobrevivência da mata. A progressiva destruição da cobertura vegetal poderá

diminuir a chuva em metade causando danos irreparáveis ao mecanismo auto-sustentável da região.

Desde o fim do século passado, a Amazônia é marcada por explosivos conflitos fundiários, sociais e financeiros. O modelo de ocupação convencional testado na década de 70, a partir do maciço incentivo governamental à pecuária, revelou-se inadequado do ponto de vista econômico, biológico e social.

A riqueza da região foi erroneamente vista como sinônimo de terra fértil capaz de sustentar gado. Após o desmatamento, o solo pobre não produzia mais do que três ciclos da monocultura do capim tornando inúteis vastas extensões de terra. Eclodiram nesta época graves conflitos, fruto das primeiras tentativas de resistência dos seringueiros contra a derrubada da floresta e a transformação dos seringais em pastos. Lideranças importantes como Chico Mendes foram brutalmente assassinadas.

Junto com os fracassados projetos agropecuários surgiram outros problemas como a devastação galopante causada pelas indústrias madeireiras e a poluição dos rios com mercúrio utilizado no garimpo do ouro.

O ataque inconseqüente do homem branco à floresta coloca em risco não só a insubstituível flora e fauna, mas também o patrimônio cultural representado sobretudo pelos povos indígenas. Os índios tradicionalmente adotavam a agricultura itinerante, caça, pesca e mais tarde o extrativismo da borracha como formas de subsistência. Sabiam que só a coleta racional dos elementos da natureza poderia preservar a mata e conseqüentemente suas vidas.

As Áreas Indígenas e Reservas Extrativistas se tornaram, nas últimas décadas, pontos estratégicos na guerra contra a exploração descontrolada da floresta e dos povos que lá habitam. A alternativa extrativista adotada dentro dos territórios demarcados não ameaça a saúde do meio ambiente.

Para que o futuro deste valioso patrimônio seja assegurado torna-se cada vez mais urgente o investimento em pesquisas e a implantação de novos projetos de desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Histórico borracha

O norte-americano Charles Goodyear descobriu, em 1842, que a adição de enxofre ao látex, quando exposto à alta temperatura, gerava um produto elástico e resistente: a borracha.

Na última década do século XIX, o surto da indústria automobilística provocou a valorização deste material no mercado internacional.

A região amazônica, repleta de seringueiras heveas brasileiros, tornou-se a principal fornecedora de borracha para os países industrializados.

Correntes migratórias passaram a trazer para os seringais nativos milhares de nordestinos em busca de trabalho.

A partir de 1912, quando o Brasil atingiu o ápice de sua produção com 42.000 toneladas de borracha, os preços começaram a decair em função da concorrência e maior produtividade apresentadas pelos seringais de cultivo do sudoeste asiático. A economia da região amazônica sofreu forte impacto com a desarticulação, no interior dos seringais, das relações que davam sustentáculo à atividade extrativista.

Patrões seringalistas e donos de usinas de processamento da borracha nunca se preocuparam com inovações tecnológicas que permitissem a melhoria da qualidade da borracha nativa e a abertura de mercados diferenciados para sua venda. Ignoravam também os direitos dos seringueiros (índios e não-índios) cujo trabalho

sustentava a economia dos seringais. Apesar do forte impacto ambiental, novos empreendimentos econômicos, como o gado e a exploração madeireira, apresentaram-se como alternativas.

O processo de incorporação de trabalhadores indígenas aos seringais se deu com maior vigor após 1920 quando a crise da borracha começou a provocar o êxodo de grande número de seringueiros em direção aos centros urbanos. Os povos indígenas passaram a desempenhar atividades essenciais dentro dos seringais. Participavam das diversas etapas de produção da borracha além de cultivar a terra e trabalhar em obras de infra-estrutura.

Em 1945, o governo federal tentou implementar uma série de políticas de regulamentação com o objetivo de proteger a frágil economia da borracha nacional. Apesar das medidas governamentais, as tensões sociais dentro dos seringais e a queda dos preços da borracha persistiam.

Durante mais de um século, seringueiros (índios e não-índios) foram obrigados a comprar todas as mercadorias (artigos industrializados para uso próprio) no barracão (entreposto comercial gerenciado pelos proprietários dos seringais e único local de venda da produção de borracha).

Além de receberem quantias irrisórias pela borracha que produziam e encontrarem-se sempre endividados devido aos preços absurdos cobrados pelas mercadorias, os seringueiros tinham ainda que arcar com a renda (taxa anual pelo uso dos recursos extrativistas). Sem direito de posse algum sobre suas áreas de moradia, territórios tradicionais e benfeitorias erguidas com o próprio trabalho, os seringueiros mostravam-se cada vez mais encurralados dentro de um injusto regime de trabalho.

Hoje a produção dos seringais nativos da Amazônia está restrita a 1% da demanda mundial.

A crise que o extrativismo da borracha continua a enfrentar tem colocado para as populações que tradicionalmente habitam a floresta amazônica o desafio de se reproduzirem social e economicamente nestes territórios. Entidades de representação lideradas pelos próprios seringueiros, assim como órgãos governamentais, vêm se reunindo no esforço de buscar alternativas econômicas que promovam ao mesmo tempo o bem-estar das populações e a preservação do meio ambiente.

A criação e mobilização de sindicatos, associações e cooperativas resultaram, ao longo dos anos de 1980, na conquista de extensos territórios de florestas preservadas por uma atividade de baixo impacto ambiental. Esses territórios conquistados são Terras Indígenas, Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais, sob jurisdição federal.

História de Ariquemes

O nome Ariquemes é uma homenagem a tribo indígena Arikemes habitantes originais dessa região, cuja língua falada por esses índios era o TXAPAKURA, dentro do grupo lingüístico TUPI, hoje uma tribo extinta, mas deixou seu nome gravado na história de Ariquemes.

Por volta de 1794, o Vale do Jamari, onde surgiu o núcleo que deu origem ao atual município de Ariquemes, já era conhecido pela abundância de suas especiarias nativas, dentre as quais o cacau e o látex da seringueira. A região era habitada por extrativistas e índios, lá existiam vários seringais, destacando-se o Seringal Papagaios.

Nessa época, a região amazônica ainda era desconhecida. O início da ocupação do Vale do Jamary, com o rio do mesmo nome, deu-se por volta do ano de 1900, principalmente por imigrantes durante o primeiro ciclo da borracha, mas sua ocupação efetiva começou a partir de 1909 com a construção da linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio do Rio Madeira, uma maratona de muito trabalho e sacrifício, cuja

expedição era chefiada pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon em sua terceira viagem pela Amazônia.

Em 1915, essa região foi delimitada pela Resolução nº 735, de 06 de outubro daquele mesmo ano, e denominado 3º Distrito do município de Santo Antônio do Rio Madeira. Foi um período de grande migração nordestina, com os imigrantes ocupando terras e delas extraindo suas riquezas naturais, principalmente o látex da borracha, de grande procura internacional.

Com as altas produções de borracha da Malásia, os seringais amazônicos entraram em decadência somente vindo a recuperar-se com a eclosão da 2ª Guerra Mundial, em 1939, fazendo com que os aliados perdessem os seringais do oriente. A Amazônia via-se envolvida num conflito em função da borracha, iniciando assim, o segundo ciclo econômico com reflexos em todos os seringais já existentes, dentre os quais, os do Vale do Jamari. Novos imigrantes nordestinos aportam na Amazônia para contribuir com seu trabalho na guerra que se desenrolava na Europa e no Oriente.

Em 13 de setembro de 1943, o então Presidente Getúlio Vargas, através do Decreto Lei nº 5912, cria o Território Federal do Guaporé, e a região passou a fazer parte do município de Porto Velho como Distrito de Ariquemés. Induzido pelo Governo Federal, houve um considerável fluxo migratório de nordestinos que se transformaram em seringueiros, formando um exercito de "Soldados de Borracha". Terminado o conflito mundial diminuiu o interesse pela borracha Amazônica.

Em 1958, com a descoberta da cassiterita, minério de estanho, na região, novos contingentes migratórios, ocorreram, desta vez, vindos dos mais diversos pontos do país.

Os garimpeiros estabeleceram-se em volta do campo de pouso de aeronaves que escoavam a produção do minério, ali centralizaram suas moradias e os estabelecimentos comerciais.

Em fevereiro de 1960, o então Presidente Juscelino Kubstchek de Oliveira, determinou ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), a abertura e construção da estrada que acabou se tornando o leito da BR 364. No dia 15 de abril de 1970, o Ministério das Minas e Energia, proibiu a lavra manual de garimpagem da cassiterita sob argumento de ser predatória, determinando que a exploração das jazidas minerais fossem mecanizadas através de empresas. A partir daí, Ariquemes passou a ser apenas ponto de parada ao longo da BR 364. Não fôra a construção da rodovia, a partir de 1960, o núcleo urbano de Ariquemes começou a se extinguir ou caindo na semi-extinção, pois não restariam alternativas que justificassem sua existência.

Com a abertura da BR 364 começa o processo de integração nacional da região Amazônica, emergindo grande ocupação do Território Federal de Rondônia. Com objetivo de organização fundiária e agrária, o Governo Federal estabelece o Programa de Integração Nacional (PIN), fazendo com que em 1971, o INCRA, desapropriassem os seringais próximos à BR 364, com indenização dos seus proprietários.

Em 1972, Começaram os estudos realizados pelo INCRA nas áreas desapropriadas, que resultaram nos projetos de assentamento "Burareiro" e "Marechal Dutra". A partir de 1975, esses projetos entram em fase de implantação.

O crescimento populacional é sentido e envolve a ação conjunta do INCRA, Governo do Território e Prefeitura Municipal de Porto Velho na criação de um planejamento urbano, com vista, a ocupação racional e planejada da área. Antônio Carlos Cabral Carpinteiro, então prefeito de Porto Velho, determinou a transferência da sede do Distrito, localizada as margens do rio Jamari, onde atualmente se localiza o bairro Marechal Rondon, para outra localidade próxima a BR 364, onde foi

instalada a cidade planejada dividida em setores: Institucional, Industrial, Comercial e Residencial. No dia 11 de fevereiro de 1976, a primeira árvore foi derrubada surgindo à Nova Ariquemes.

A antiga vila passa a ser chamada de Vila Velha. Houve tentativa de erradicação do vilarejo inicial, visto ser ele cortado ao centro pela BR 364, que lhe servia de eixo. Apesar de várias tentativas, o povo ali reside e manteve-se em grande parte ocupando a área atualmente incluída no plano urbano que representa uma referência histórica do município. Lá ainda hoje, pode ser encontrados alguns pioneiros da imigração nordestina e seus descendentes do segundo ciclo da borracha, ruínas da instalação do posto telegráfico o mastro, além de alguns móveis, constituindo-se em memória viva daquela época.

Em 11 de outubro de 1977, através da Lei nº 6448, Ariquemes adquire sua emancipação política com a instalação política do município no dia 21 de novembro daquele mesmo ano.

Através da Lei nº 6921, de 16 de junho de 1981, o município cedeu da sua área territorial para a criação do município de Jarú e em 1988, através da lei nº 198 de 11 de maio daquele mesmo ano, o município cedeu área, desta vez para a criação do município de Machadinho D'Oeste.

Pelas Leis nº 364, 374, 375, 376 e 378 de 13 de fevereiro de 1992, foram consecutivamente doando áreas para a formação dos seguintes municípios: Jamari, Cacaulândia, Alto Paraíso, Rio Crespo e Monte Negro.

Euclides da Cunha escreveu sobre a Amazônia alguns textos esparsos, onde sobressai o tom de denúncia social das condições de vida dos migrantes nordestinos nos seringais. Seus artigos e ensaios foram publicados essencialmente em *A margem da História*, cuja primeira edição é de 1909, e também em *Contrastes e Confrontos*,

de 1907. Esses textos, e outros não publicados, foram reunidos por Leandro Tocantins num volume intitulado *Um Paraíso Perdido*. Tal qual o título do grande livro que Euclides desejava escrever sobre a Amazônia.

Desses textos não se pode passar ao largo quando se pretende discutir a história da Amazônia, especialmente o período do auge da extração da borracha. Euclides da Cunha foi para a região amazônica em 1904, para chefiar a equipe brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, que tinha como objetivo demarcar a fronteira entre o Brasil e o Peru. Era já um escritor consagrado. O que o levou a embarcar nessa aventura, expondo-se aos muitos perigos da floresta?

Encontramos algumas pistas em sua correspondência. Euclides escreveu para o amigo José Veríssimo que sua proposição era "um meio admirável de ampliar a vida, o de torná-la útil e talvez brilhantíssima. Que melhor serviço poderei prestar à nossa terra. Além disso, não desejo a Europa, o boulevard, os brilhos de uma posição, desejo o sertão, a picada malgradada, a vida afanosa e triste de pioneiro." O que transparece na correspondência que Euclides envia para os amigos referindo-se aos preparativos da viagem é um imenso desejo de se integrar na solidão desse imenso deserto, sinônimo que ele a todo momento emprega para se referir à floresta.

Ao mesmo tempo, ao se confrontar com a natureza e com os homens que na Amazônia viviam, a imagem um tanto quanto romântica da floresta-deserto-sertão se desfaz. Que sociedade era aquela que se propunha a ocupar a Amazônia? Quem eram aqueles homens e que vida tinham?

Refere-se, no *Terra sem História*, que à entrada de Manaus existe uma ilha, de Marapatá, que é o "mais original dos lazaretos" - um lazareto de almas. Ali, dizem, o recém-vindo deixa a consciência..." Na foz do Purus também há uma ilha que o povo costuma chamar de "Ilha da Consciência". Assim, a exemplo de Dante, aquele que penetra pelas duas portas que levam ao paraíso diabólico dos seringais, deve abdicar das

melhores qualidades nativas. Penetrado, o inferno se revela o lugar onde o homem trabalha para escravizar-se"

Natureza e Civilização

O primeiro ponto a se observar desses escritos euclidianos sobre a Amazônia é a idéia de que a região e seus habitantes podem ser representados como um anfiteatro da história, da civilização, da nacionalidade, que se abrigava potencialmente no deserto, no sertão. No qual, no entanto, já podemos antever as ruínas, a destruição e a incompletude. O paraíso, que tanto deseja encontrar, já tinha sido corrompido, e por isso se encontrava, talvez, irremediavelmente perdido.

Só partindo do binômio natureza e cultura é que se poderia delinear a forma que, para Euclides, toma a vida social na floresta, especificamente a vida no seringal. Nessa natureza, ainda incompleta e em expansão, o homem encontrou um poderoso adversário, e o embate com esse ambiente o aproxima do mundo animal, distanciando-o da civilização. Falta à vestimenta das matas os recortes artísticos do trabalho.

A civilização está presente na floresta como moléculas, que aparecem repentinamente na vasta solidão selvagem as cidades. Essas moléculas de civilização, já corrompidas, corroboram uma imagem fundamental que Euclides pincelou sobre a região: terra sem história. Nessa paisagem, o homem é um intruso impertinente e a natureza encontra-se em opulenta desordem, e incompleta. A imagem da incompletude se delinea com a descrição do rio que leva a terra para além do mar, provoca desabamentos, constrói e destrói as ilhas. Página do Gênesis, terra em se fazendo. "Tal o rio, tal a história: revolta, desordenada, incompleta." A história da Amazônia aparece como um perpétuo construir e destruir.

Poderíamos concluir que Euclides oscila entre as maravilhas que a natureza proporciona, e o horror das sociedades que nela se estabelecem. Sob esse paradoxo, nada é harmonioso. O homem se animaliza, produz o horror por não conseguir produzir uma cultura que se imponha ao ambiente. Euclides vive num tempo em que a grandeza do homem consiste em domar a natureza. Nem por isso suas observações sobre a sociedade que se estabelecia na floresta perderam a atualidade.

Expatriados dentro da pátria

A tarefa de conquistar a floresta foi atribuída aos seringueiros. A extração da borracha teve seu auge no período de 1880 a 1915, e a mão-de-obra dos seringais era constituída principalmente de trabalhadores oriundos da região nordeste do Brasil. No percurso migratório, o trabalhador chegava aos seringais endividado com o patrão, processo esse que se completava quando era obrigado a comprar os víveres no barracão a preços exorbitantes, e recebia pela borracha que coletava preços ínfimos. Desse modo não podia abandonar os seringais, acorrentado que estava ao sistema que ficou conhecido como "escravidão por dívidas".

É nesse sentido que Euclides da Cunha considera o migrante um "expatriado dentro da pátria". Referindo-se à seca de 1877 no Ceará, afirma que os migrantes foram embarcados nos navios por preocuparem os poderes públicos quanto aos estragos que poderiam provocar nas cidades, e nunca foram acompanhados por médicos ou agente oficial. "Os banidos levavam a missão dolorosa e única de desaparecerem. E não desapareceram"

O que provoca a grande mortalidade dos migrantes, segundo Euclides, não era o clima da Amazônia, mas o estado social, a instabilidade e fraqueza com que chegavam, o processo de trabalho no seringal que, além de extremamente solitário, gera "a decadência orgânica" pela falta de uma alimentação adequada. Cada seringal é a "conservação sistemática do deserto, e a prisão celular do homem na amplitude da terra."

O seringueiro é sobretudo um solitário, perdido no deserto da floresta, trabalhando para se escravizar.

No texto entre os seringueiros, publicado na revista Kosmos, Euclides caracteriza as estradas dos seringais como "tentáculos de um polvo desmesurado." Esta é a "imagem monstruosa e expressiva da sociedade torturada que moureja naquelas paragens". O cearense que lá chega, "numa desapoderada ansiedade de fortuna" passa por um processo de aprendizagem, de bravo a manso, que para Euclides nada mais significa do que adquirir a apatia necessária diante da realidade inexorável. Preso nos tentáculos do dono do seringal, vai percorrer a estrada pelo resto de sua vida, "indo e vindo, a girar estonteadamente no monstruoso círculo vicioso da sua faina fatigante e estéril."

Desse modo, a sociedade se detém "sem destino, sem tradição, sem esperança" e, tal qual os passos dos seringueiros pelas estradas, as mudanças nada mais são do que um "avançar ilusório que volve monotonamente ao ponto de partida."

Vemos aqui o escritor de Os sertões exercendo novamente, com toda a força das palavras, a crítica social a esse Brasil indiferente com o destino dos brasileiros mais pobres, desses que precisam trabalhar para viver, e nem sempre conseguem emprego. Dos excluídos, ou como Euclides se refere, dos que foram banidos para a floresta, postos à margem.

Para que ler Euclides da Cunha hoje? Não temos mais na Amazônia esses seringais, sinônimo de escravidão e desrespeito aos direitos humanos, pode-se objetar. Não temos?

Talvez não mais os seringais, porque muitos deles foram desmatados para dar lugar aos pastos, e os seringueiros expulsos para as cidades. E nessas cidades, engrossam as favelas, marginais. Mas, e a escravidão? Também esta não

desapareceu de todo, sendo vez por outra empregada pelos fazendeiros que se julgam imunes à legislação trabalhista. Ler hoje esses textos de Euclides da Cunha repõe a dimensão social que deve perpassar qualquer discussão sobre a Amazônia.

A defesa do extrativismo na Amazônia: as Reservas Extrativistas

Os governos dos estados da Região Norte, a partir de 1960, desenvolveram ações a fim de atrair empresários do Centro-Sul do país que viessem implantar empreendimentos na área rural. No Acre, nos municípios de Rio Branco, Sena Madureira, Plácido de Castro, Senador Guimard, Xapuri e Brasiléia, muitos seringais foram transformados em pastos para gado, ou abandonados. Por outro lado, consideráveis glebas de terra onde moravam seringueiros foram adquiridas pelo Governo Federal para loteamentos de Reforma Agrária.

Para poder concretizar estas transformações, muitos seringueiros foram expulsos com violência das suas moradias e saíram à procura de novas áreas. Assim eles ocuparam seringais abandonados ou glebas do governo. Estes seringueiros ficaram sem patrão e deram origem ao "Seringueiro Autônomo", entendido como tal, aquele que não tem um patrão fixo ao qual seja obrigado a entregar a produção por ser o dono da terra. Esta autonomia faz referência ao antigo seringalista, pois o seringueiro continua dependendo dos comerciantes para o abastecimento e comercialização da produção. É uma autonomia muito relativa, porém importante porque, do ponto de vista social, permite-lhe a tomada livre de decisões e é o começo para a conquista de uma autonomia mais ampla.

Foram os seringueiros autônomos de Rio Branco, Xapuri e Brasiléia os primeiros a saírem em defesa do extrativismo, organizando-se desde 1976, para impedir novos desmatamentos de áreas extrativas; estes movimentos foram chamados de

"EMPATES" e se estenderam a outras regiões do Acre e mesmo a outros estados (Amazonas e Pará).

Os conflitos entre fazendeiros e seringueiros chamaram a atenção da opinião pública, especialmente depois da morte do presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Brasiléia, Wilson de Souza Pinheiro, em 1978. Estes mesmos conflitos posteriormente foram a causa do assassinato, por fazendeiros, do presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Xapuri, Chico Mendes, em 1988.

O Governo Federal começou a refletir sobre a possibilidade de defender o extrativismo, a partir de 1982, quando, no Acre, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, e a Superintendência da Borracha, SUDHEVEA, se encontraram frente ao impasse causado pelos projetos de colonização, chamados de Assentamentos Dirigidos, pois os retângulos criados pelo INCRA para assentar colonos desestruturavam o esforço que a SUDHEVEA fazia para aumentar a produção de borracha dos extrativistas, uma vez que o retângulo cortava e desmembrava a "colocação", unidade de produção do seringueiro, formada pela dispersão natural e sinuosa das espécies vegetais. Esta situação deu origem a sérios conflitos entre os vizinhos.

Com a participação dos extrativistas e das lideranças sindicais de Rio Branco, Xapuri e Brasiléia foi possível chegar ao consenso de que o mais importante não era ter um título de propriedade individual de uma parcela, mas conservar a capacidade produtiva da floresta e, portanto, não era necessário cortar a terra em pedaços simétricos e retangulares, mas, talvez, encontrar uma forma de assegurar a permanência das famílias nas suas "colocações" exercendo a atividade extrativista. As duas instituições propuseram como solução a "Concessão Real de Uso" do seringal aos seus moradores. Para iniciar, foram propostos, a título de experiência, os projetos Boa Esperança em Sena Madureira e Santa Quitéria em Brasiléia. Infelizmente, por falta de continuidade administrativa nas duas instituições, a proposta não vingou. Houve isso sim, um ponto positivo: foram paralisados

os assentamentos tradicionais nos dois projetos e assim muitos seringueiros continuaram nas suas colocações.

O aspecto mais importante a analisar durante esta recente evolução histórica do extrativismo é que a prática dos "EMPATES" impetitivos dos desmatamentos, serviram de substrato para o amadurecimento político e social dos extrativistas, na medida em que o "EMPATE" exigia organização e coesão. Estas duas forças foram encontradas mediante o fortalecimento do sindicalismo em cujo seio, e diante da necessidade de manter a união, foi aceito e amadureceu o princípio da "concessão de uso coletiva". É preciso reconhecer que em 1980, influenciados, talvez, pelo processo de parcelamento da terra promovido pelo Governo, os extrativistas desejavam ter lotes individuais. Até hoje há uma minoria que não assimila bem a idéia de não ter um título de propriedade individual de uma parcela.

Em 1985, os seringueiros reunidos em Brasília no seu Primeiro Encontro Nacional, solicitaram que se acabasse com a colonização dos seringais e que estes lhes fossem dados em concessão, para que assim pudesse ser mantido o extrativismo. Este pedido visava também solucionar a questão fundiária e proteger a floresta contra as ameaças do desmatamentos, para implantar a exploração pecuária.

Este Encontro de Seringueiros é o marco histórico para a oficialização do pedido da criação de "Reservas Extrativistas". Nesta ocasião, a idéia foi amplamente debatida e assimilada pelos participantes, que provinham de diferentes regiões, especialmente da Amazônia.

É importante ainda salientar que em 1985, no Brasil estava sendo lançado o Plano Nacional de Reforma Agrária e todas as atenções da sociedade estavam voltadas para este tema. A proposta de criação das Reservas Extrativistas, apareceu então, como a "Reforma Agrária" para os extrativistas, na medida em que a sua criação deveria ser uma forma de legitimar a posse, e de reconhecer os direitos à terra daqueles que

nela trabalhavam e viviam há muitos anos. Conclui-se, portanto, que as Reservas Extrativistas, historicamente foram uma proposta, no espírito da Reforma Agrária, isto é, para que a terra cumpra a sua função social.

O segundo grande objetivo das Reservas Extrativistas, a defesa do meio ambiente, estava implícito no primeiro, uma vez que a conquista da terra objetivava manter o extrativismo, e a manutenção do mesmo exigia o respeito à floresta e aos seus recursos.

A partir do primeiro encontro de seringueiros, o INCRA passou de novo a se preocupar com o problema. Propôs então como solução através da Portaria N° 627, de 30 de julho de 1987, a criação do Projeto de Assentamento Extrativista - PAE, destinado à exploração de áreas dotadas de seringais extrativos através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupam ou venham a ocupar as mencionadas áreas. A Portaria estabelecia que a destinação da área fosse mediante concessão de uso em regime comunal, segundo a forma decidida pela comunidade concessionária associativa, condominial ou cooperativista.

Este ato oficial do INCRA significava a incorporação das Reservas Extrativistas (sob o nome de Projetos de Assentamentos Extrativistas - PAE), ao Plano Nacional de Reforma Agrária. Até abril de 1994 foram criados 10 projetos de assentamento extrativista, 5 no Acre, 3 no Amapá e 2 no Amazonas, totalizando 889.548 hectares. Apenas 3 deles, no Acre, receberam apoio para sua implantação.

Os movimentos sociais participaram desde o início na luta pela defesa do extrativismo e pela procura de soluções, inicialmente para a questão fundiária. Aos poucos as reivindicações foram canalizadas através do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), criado em 1985. Diante do imobilismo dos Projetos de Assentamento Extrativista e diante da pressão social, a nível nacional e internacional pela preservação das florestas, o CNS além de continuar insistindo na criação de Reservas

Extrativistas como forma de fazer Reforma Agrária para os extrativistas, passou a defender as reservas como espaços territoriais destinados à utilização sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis. Esta foi uma nova conquista, pois os extrativistas passaram a melhor entender e defender o cunho ecológico da proposta.

O Governo Federal também avançou, mediante a legitimação da Reserva Extrativista no âmbito da política nacional do meio ambiente, possibilitando sua criação a partir da Lei N° 7.804, de 18 de julho de 1989, e regulamentando-a através do Decreto N° 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Segundo esta legislação a instituição responsável pelas reservas é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais IBAMA. Segundo a Portaria N° 22-N, de 10 de fevereiro de 1992 do IBAMA, o órgão gestor das questões relativas às reservas é o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT.

Até Setembro de 2000 foram criadas 15 Reservas Extrativistas.

A Desativação dos Seringais

Historiadores, sociólogos e economistas já se debruçaram minuciosamente sobre este aspecto da história do Acre, inclusive pelo interesse de denunciar o trabalho escravo que caracteriza este tipo de sistema produtivo. Para o economista Ronaldo Polanco Ribeiro.

“A estrutura econômica da atividade extrativa da borracha instalada no Acre, a partir da segunda metade do século passado, obedecia a uma rígida cadeia de dependência, chamada de Sistema de Aviamento, que submetia em ordem crescente de dependência os seringueiros aos seringalistas, estes às casas aviadoras, estas às casas exportadoras, que eram submetidas aos interesses do capital monopolista internacional.

Fato conhecido que numa economia dependente como a da borracha, todo o excedente econômico gerado era apropriado pelo capital monopolista internacional, localizado evidentemente, fora da região. Nesse sentido, a não apropriação interna dos resultados da atividade econômica impossibilita a geração de uma poupança interna capaz de financiar uma política social no Estado.

Este foi o quadro que perdurou durante o período do auge da economia gumífera. A situação fica ainda mais difícil quando a produção se desloca da Amazônia para o sudeste asiático, na primeira metade da década dez. Praticamente deserdada pelo capital monopolista, a economia acreana ficou à mercê da sua própria sorte”.

Em consequência desta grave e prolongada crise que se abateu sobre a economia extrativista, entre os anos de 1920 e 1940 os seringais, em sua maioria, foram abandonados tanto pelos seringalistas quanto pelos seringueiros. Estes últimos foram estimulados a retornar aos seus estados de origem com passagens financiadas pelo governo. Entretanto, muitos não quiseram ou não puderam, fosse pelo elevado montante da dívida acumulada junto ao patrão ou pela dificuldade natural de locomoção devido à localização geográfica dos seringais, ou até porque já haviam se adaptado à vida na floresta.

Aos que permaneceram restou a transformação do perfil tradicional de suas atividades produtivas. Tornou-se imperativo, pois, afrouxar os laços que impediam o seringueiro de se dedicar a qualquer outra atividade que não a extração do látex. Desse modo, ao lado da exploração do extrativismo da borracha, agora em escala bastante reduzida, iniciou-se no Acre o desenvolvimento de uma pequena lavoura de subsistência que garantiu a retenção de boa parcela da população na área. A reorientação das forças produtivas, apesar da persistência do aviamento, embora transformado e sem a

mesma importância anterior, tornou possível a permanência dessa população e, portanto, impediu o esvaziamento demográfico da região.

A partir de 1942, no período da II Guerra Mundial, os fluxos predominantes de mão-de-obra nordestina para os seringais, os chamados "Soldados da Borracha", não foram estruturados e responderam tão somente as necessidades econômicas imediatas dos países aliados. Tanto é verdade que os acordos de Washington entre os governos americano e brasileiro previstos para vigorar até 1947 não passaram de 1945 e, no elenco de medidas ou providências, tomadas pelo SENTA - Serviço de Mobilização de trabalhadores para a Amazônia e Banco de Créditos da Borracha, entidades responsáveis em garantir o crescimento rápido da produção da borracha não consta nenhum item que demonstre pelo menos um gesto de preocupação com o destino dos seringueiros.

Assim, ao terminar a guerra, terminam também os acordos de conveniência, os seringais retornam à estagnação e parte do "exército da borracha" emigra. Já na década de 50, com a organização da indústria nacional de artefatos da borracha, observamos que em determinado momento o governo brasileiro deixou escapar chances concretas de organizar econômica e socialmente a vida nos seringais. A presença do Banco de Crédito da Borracha, posteriormente Banco de Crédito da Amazônia, e hoje Banco da Amazônia S/A., em nada alterou as condições técnicas do extrativismo. Só que, agora, com o deslocamento do centro consumidor, o trabalho do seringueiro exercido na extração do látex passou a servir ao processo de reprodução e acumulação de capitais centrado na área dinâmica do país".

Nos anos 60, a vida nos seringais seguia sua rotina, só que agora com algumas alterações, próprias das condições econômicas que se apresentavam. Os seringalistas já não tinham o mesmo poder de movimento, estavam atados, e endividados; exerciam pouco ou nenhum controle sobre os seringueiros, que por sua vez gozavam de uma certa autonomia em suas colocações, viabilizavam-se utilizando todos os

conhecimentos e recursos possíveis da região, tipo a caça, a pesca e a quebra de castanha. Além disso cultivavam pequenas lavouras e ainda o comércio da própria borracha.

Esse período é marcado pela suspensão de compra da borracha pelo BASA e insolvência de seringalistas que se vêem obrigados a vender suas propriedades. Muitos seringueiros retornaram aos seus estados, mas a maioria absoluta, permaneceu na terra, nas condições de posseiros.

Mais que isto, conquistou na prática a “liberdade” de movimento, escapando das mais inflexíveis normas de imobilização do trabalhador no seringal e, sobretudo, estreitou seus vínculos com a terra, recuperando material e ideologicamente os traços agrícolas do parceiro, rendeiro ou camponês do Nordeste.

Formação da Mão-de-obra e Inexistência do Mercado de Trabalho na Cidade

A falência dos seringalistas se acentua em plena vigência do regime militar. Nessa época, havia uma indisfarçável evidência de que por trás do maior objetivo do governo que se traduzia em desenvolvimento e segurança, existia antes, uma articulação no sentido de reunificar as classes dominantes em torno de um projeto de desenvolvimento baseado no grande negócio e que fosse capaz de envolver a classe média alta e, posteriormente ou simultaneamente, os trabalhadores. Seria uma tentativa de retomada política das cúpulas empresarial-militares.

Nesse sentido, a resolução da questão da terra respondia aos interesse da grande empresa privada e do poder público de acordo com o princípio da propriedade privada e segundo as exigências de um crescimento extensivo do capitalismo em áreas de terras devolutas, tribais ou ocupadas por indígenas e posseiros com suas roças e criações.

As condições para a penetração de novos grupos na economia acreana e Amazônia como um todo foram criadas já em 1967 quando o governo federal determinou a suspensão da compra de borracha pelo BASA e também pela incapacidade dos seringalistas em sanar suas dívidas junto ao Banco.

Os primeiros anos da década de 1970 assinalam um período de mudanças sensíveis no Acre. A tradicional atividade econômica extrativista da borracha frágil e visivelmente debilitada passou a ser violentamente afetada pela forma como se deu a penetração do grande capital na região. A incorporação da região acreana à fronteira extensiva do capitalismo no Brasil tem sido marcada por um intenso processo de transferências de terras a compradores do centro-sul do país, sem interesse em preservar e assegurar a exploração dos seringueiros nativos. Numa economia em que o setor primário desempenhou secularmente um papel fundamental, tendo na borracha nativa o seu principal produto e a base de sustentação de sua população rural, mudanças bruscas na forma de posse e uso da terra onde a atividade básica é ignorada ou simplesmente relegada a último plano, trariam, fatalmente, conseqüências imediatas.

Na cabeça de um grande número de pessoas neste país, especialmente na cabeça de inúmeros tecnocratas, a Amazônia é um deserto a ser ocupado. Os próprios militares teriam desenvolvido uma doutrina de ocupação dos espaços vazios para justificar medidas governamentais destinadas a promover a ocupação da Amazônia.

Na verdade, porém, a Amazônia não é nenhum deserto a ser ocupado. A região amazônica já foi ocupada segundo os critérios e as circunstâncias em que essa ocupação se deu. O que temos agora é a aplicação de um outro modelo de ocupação, que pretende anular e revogar os modelos anteriores. Os dados revelam que há poucos anos os paulistas já eram proprietários de 3,3% da área cadastrada pelo INCRA no Acre e em Rondônia.

A nova fase da política de colonização e reforma agrária na Amazônia, iniciada em 1974, toma feição nas ações governamentais quando foi lançado o Programa Fundiário da Amazônia pelo ministério da Agricultura e para ser aplicado pelo INCRA, que previa a fixação de unidades familiares e também a fixação de médias e grandes empresas por toda a região através dos assentamentos dirigidos (PADs) e projetos agro-industriais instalados respectivamente, no caso do Acre, em Assis Brasil e Brasiléia, Cruzeiro do Sul e Feijó.

A verdade é que o INCRA é herdeiro das instituições da política fundiária criadas com a Lei de Terras e é, portanto, herdeiro de uma tradição em aberto conflito com os problemas atuais do país. Tradicionalmente, a política de colonização esteve no Brasil subordinada à política de imigração, o que Concretamente queria dizer política de formação de força de trabalho destinada às grandes fazendas, subvencionada pelo Estado. Hoje a situação não está muito modificada. A política de colonização continua como subordinada de uma política fundiária que atende prioritariamente os interesses das grandes empresas capitalistas, sobretudo do Sul e Sudeste. Para a Amazônia estão se deslocando, portanto, contingentes populacionais desalojados por uma estrutura fundiária concentracionista e expropriatória, agravada por uma política governamental de franca opção pela grande empresa e pela propriedade capitalista da terra.

Portanto, quanto à questão da migração, sabe-se que ocorreu de forma intensa e massiva na década de setenta, pela alta concentração de propriedades rurais no centro-sul, obrigando milhares de sem terras a buscarem sua sobrevivência e trabalho nas regiões do Acre e Rondônia . Por outro lado, via incentivos fiscais por parte do Governo do Acre, sobretudo, pecuaristas ocuparam as terras do Acre, instalando pastos, promovendo uma devastação sem precedentes na história e provocando a migração dos seringueiros para as cidades, onde centenas de famílias, passaram a formar os bairros periféricos das capitais, que não dispunham de equipamentos urbanos, infra-estrutura e muito menos oferta de empregos para tanta gente.

Por sua vez, os projetos de assentamento não propiciaram as condições indispensáveis para manter os agricultores. A falta de estradas, pontes, postos de saúde, escolas, etc, fez ainda com que muitos colonos migrassem também para as periferias urbanas, onde o subemprego, os conflitos sociais, as lutas pela posse de terrenos para morar, a luta por serviços de utilidade pública, constituíram a base de existência dessas populações.

Viabilidade Econômica das Reservas Extrativistas

Levantamentos realizados pela Superintendência da Borracha - SUDHEVEA (Relatório de Atividades - 1989), pela ECOTEC em 1993 nas Reservas Extrativistas Chico Mendes, Alto Juruá, Rio Ouro Preto e Rio Cajari, bem como os estudos realizados pela FUNTAC (Fundação dos Territórios do Acre) nos seringais Cachoeira e São Luís do Remanso (Xapuri e Rio Branco/AC) revelam que a média de produção anual de borracha por colocação é de 600 Kg, que representa uma renda de US\$ 430,00.

Em tais seringais a produção média de castanha por colocação é de 3.096 Kg cujo valor é de US\$ 618,00. Médias de outros seringais sugerem que a média da Região Amazônica seja calculada em 1.500 Kg/família, o qual significa uma renda anual de US\$ 300,00.

Os estudos realizados pela ECOTEC (Sociedade para o Desenvolvimento Técnico-Ecológico) em 1993, a pedido do IBAMA/CNPT para integrar as informações do Subprojeto Reservas Extrativistas, Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras, revelam que em média nas quatro Reservas analisadas (Chico Mendes, Rio Cajari, Alto Juruá e Rio Ouro Preto) cada família obtém com os animais domésticos um renda anual de US\$ 144,00.

Dados preliminares de Eduardo Souza Martins do IMAC (Instituto do Meio Ambiente do Acre) sugerem que a caça e a pesca fazem parte de 52%

das refeições da família seringueira. No seringal São Luís do Remanso em 1990, houve um consumo médio de 239 Kg de carne de caça por família, que corresponde em preços de mercado a US\$ 358,00.

O estudo da FUNTAC revela a seguinte produção agrícola, anual por família:

<i>Cultura</i>	<i>Quantidade (kg)</i>	<i>Valor US\$</i>
Arroz	829	290.00
Feijão	274	136.00
Mandioca	904	188.00
Milho	1.220	268.00
Total		882.00

Composição da Renda Familiar Média:

<i>Cultura</i>	<i>US\$</i>
Borracha	430.00
Castanha	300.00
Animais Domésticos	144.00
Carne de caça	358.00
Culturas Alimentares	882.00
Total	1,970.00

A este total deve ser acrescentado o valor de outros produtos que o extrativista colhe na floresta como frutos silvestre (açai, abacaba, patoá), cipós e madeiras para sua casa ou seu trabalho, lenha para cozinhar etc. Só a compra de lenha custa US\$ 0,50 por dia a uma família de Xapurí, ou seja, US\$ 180.00 por ano. Calcula-se que estes outros produtos coletados representam em torno de US\$ 400.00, elevando-se a renda familiar anual a US\$ 2.370,00. Este montante deve ser dividido por 2,3 que é a média de

mão-de-obra familiar, chegando-se a US\$ 1,030.00 por pessoa, ou seja, US\$ 85.00 por pessoa/mês, ou US\$ 197.00 por família/mês.

Verificamos, portanto que esta renda é bem superior à renda de quem ganha salário mínimo e ainda deve comprar tudo para sobreviver. Entretanto, a situação torna-se extremamente desvantajosa para o extrativista no momento de adquirir os produtos que vem de fora da floresta, como sabão, café, pilha, pólvora, sandália, sapato, lanterna, rede, cobertor, medicamentos, etc, porque é obrigado pelo "marreteiro" a pagar até 05 vezes mais o valor do mesmo artigo na cidade.

A viabilidade econômica da Reserva Extrativista deve levar em conta, portanto, a reformulação do abastecimento, através, talvez, de cantinas comunitárias geridas pelas Associações.

É bom salientar ainda que a transferência e remessa de bens da floresta para a cidade é enorme, conforme constatada nas pesquisas da FUNTAC: 35% dos moradores remetem bens e/ou dinheiro para fora da Reserva, enquanto que apenas 3% recebem remessas de fora.

Conclusões

É difícil calcular a renda familiar real dos extrativistas, tendo em vista que boa parte das atividades não são monetarizadas e seus valores reais são difíceis de serem computados (caça, pesca, criação doméstica, uso da floresta para tirar frutos, madeira, cipós, ervas medicinais, etc). Entretanto, é possível fazer cálculos médios, baseados na realidade regional.

Os estudos realizados permitem afirmar que a renda familiar dos extrativistas é superior à renda de 60% da população residente urbana da Região Norte, que segundo o último censo ganha até um salário mínimo.

Há grandes perspectivas de melhorar a renda das famílias dentro das Reservas Extrativistas através da aplicação das seguintes medidas:

- Aumento da produção e da produtividade dos produtos florestais existentes.
- Melhoria da qualidade dos produtos florestais e redução de suas perdas.
- Aperfeiçoamento da comercialização.
- Agregação de valor aos produtos através de processamento local.
- Criação ou ampliação de novas atividades econômicas: agricultura, criação doméstica, piscicultura, apicultura e outras.
- Desenvolvimento de novos mercados para os produtos tradicionais e para os novos.
- Criação de sistemas de abastecimento que evitem a especulação: cantinas comunitárias geridas pelas Associações.

Borracha

Deixando de produzir a bola defumada ou o Cemambi virgem prensado e passando a fazer a Placa Bruta Defumada, há um acréscimo de valor por quilo de US\$ 0,27. Como a produção média de borracha por família é de 600 Kg, teríamos um aumento real de renda no valor de US\$ 162.00.

Saliente-se que a tecnologia a introduzir é simples, de fácil assimilação e não exige investimentos

Outra alternativa é a introdução da Folha Fumada Brasileira, que exige, é verdade, alguns investimentos e especialmente a existência de associações e de cantinas comunitárias para distribuição dos insumos, mas em compensação pode trazer um aumento real de renda por família de US\$ 480.00.

Castanha

Mediante a descentralização do descascamento da castanha, que possa ser feito pela própria família, mediante um investimento mínimo, é possível acrescentar US\$ 0,87 por quilo. Como a média familiar de produção é de 1.500 Kg, que descascadas são reduzidos a 500 Kg; teríamos assim um incremento de renda anual da ordem de US\$ 335.00 (500 x 0,87).

Conclui-se portanto que com a introdução de apenas estas duas pequenas tecnologias, aumenta-se a renda familiar em US\$ 815.00 (34% a mais).

Antecedentes e Objetivos

O Tratado de Cooperação Amazônica assinado em 16 de outubro de 1979, pela República do Peru e pela República Federativa do Brasil, estabelece, com relação à região amazônica, que: "ambas partes outorgam a mais alta prioridade ao cumprimento dos compromissos que a vinculam ao resto dessa região", assinalando ainda o interesse de harmonizar ações no campo bilateral no marco do Tratado de Cooperação Amazônica. Posteriormente em 3 de julho de 1987, os Presidentes do Peru e do Brasil firmaram a Declaração de Rio Branco, na que decidem intensificar esforços para dinamizar o processo de colaboração subregional. O Programa de Ação de Puerto Maldonado, com os lineamentos da Declaração de Rio Branco, fixa as bases do programa de ação que deve ser executado. Atendendo ao mandato dos Presidentes, os Ministros das Relações Exteriores do Peru e do Brasil, solicitaram à Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), a assistência e o apoio para a execução deste projeto. Foram então elaborados os termos de referência do "Programa de Desenvolvimento das Comunidades Fronteiriças Peruano-Brasileiras", que inclui um cronograma de ações orientadas ao cumprimento das atividades previstas na primeira fase, que concluiu com o presente Diagnóstico Regional Integrado.

Os objetivos gerais para o desenvolvimento das comunidades fronteiriças, de acordo com os objetivos, políticas e estratégias de desenvolvimento amazônico dos dois países, são os seguintes: a) melhoramento do nível de vida da população; b) definição do uso adequado dos recursos naturais da área para efeitos do desenvolvimento sustentável; c) integração binacional da área ao resto do território dos respectivos países, através do aproveitamento racional dos seus recursos naturais e da ocupação efetiva das áreas fronteiriças.

Localização e Características Gerais

O Programa de Desenvolvimento das Comunidades Fronteiriças Peruano-Brasileiras, Assis Brasil/Iñapari, compreende uma área de 10.200 km², dos quais 4.377 km² (43%) correspondem à parte brasileira e 5.823 km² (57%) ao Peru. A área brasileira compreende toda a extensão do município de Assis Brasil, situado no sudeste do estado do Acre, entre a margem esquerda do rio Acre e a margem direita do rio Yaco. A área peruana está localizada no Departamento de Madre de Dios, Província de Tahuamanu, abrange os distritos de Iñapari, Iberia e Tahuamanu. Representa 74% da área do Departamento e conta com uma população estimada em 1990 de 4.800 habitantes. Dados de 1988 indicam para o Município de Assis Brasil uma população da ordem de 4.900 habitantes.

Do ponto de vista geomorfológico, a área do projeto é bastante uniforme e similar nos dois países, e é decorrente da interação de fatores tectônicos, climáticos e erosivos que modelaram a superfície do terreno. O clima da região é tropical quente e estacional úmido, caracterizado por apresentar precipitações abundantes durante todo o ano e uma curta estação seca, que não tem influência significativa no comportamento da vegetação. O maior problema está relacionado com as baixas de temperatura determinadas pelo fenômeno denominado "friagem" ainda que as mesmas sejam eventuais e passageiras. De acordo com a informação existente a temperatura média anual da área de estudo varia de 22°C a 26°C, com pouca variação durante o ano. A precipitação média anual é de aproximadamente 1.800 mm.

A rede hidrográfica consta de três rios principais: Tahuamanu, Acre e Yaco, que escorrem de oeste a leste, recebem um grande número de pequenos tributários, e apresentam descargas apreciáveis principalmente na época das chuvas, permitindo a navegação com pequenas restrições.

A vegetação está constituída pôr bosques densos tropicais. Edafologicamente a zona é bastante uniforme. A aptidão agrícola foi classificada segundo sua capacidade de uso; 67% das mesmas se destinam para áreas de conservação e preservação e 33% se poderá aproveitar para atividades de desenvolvimento.

Segundo estudos ictiológicos realizados no Estado do Acre, existem áreas de reprodução de diferentes espécies, contribuindo para isto os ambientes inundáveis de brejos, lagos e lagunas marginais, como criadouros naturais. O desenvolvimento da piscicultura na área é incipiente, não se havendo realizado estudos limnológicos recentes.

Na zona estudada, seja na Província de Tahuamanu no Peru ou no Município de Assis Brasil, as comunicações tem caráter incipiente. Apresentam estradas em construção ou transitáveis somente na época seca, um transporte fluvial dificultado devido a passos deficientes e flutuações dos níveis d'água, e um transporte aéreo de tráfego irregular que pôr seus elevados custos é inacessível a maioria da população local.

Os problemas conseqüentes da falta de serviços de saúde às populações limítrofes assumem graves proporções, já que os mesmos estão intimamente relacionados às condições sociais e econômicas.

O problema habitacional, tanto do lado peruano como brasileiro, se manifesta em duas dimensões: uma de natureza quantitativa, devido ao déficit físico de vivendas; a outra, de natureza qualitativa, que se relaciona aos padrões de qualidade, infra-estrutura e adaptação ambiental e cultural da habitação, em relação à interação do homem com seu meio.

Os problemas no setor educacional são, em resumo, os seguintes: carência de recursos humanos especializados; abandono escolar; irregularidade da oferta da merenda escolar; falta de infra-estrutura nas escolas cujos edifícios estão em condições precárias, com falta de mobiliário e equipamento; falta de incentivos para manter os professores na área; dificuldades de acesso às áreas rurais e calendário escolar inadequado aos ciclos estacionais.

Atividades Produtivas

Verificou-se que pouco mais de 11.000 hectares foram alterados ou utilizados pelo homem para a exploração agrícola, pecuária e outros usos. A produção agrícola na área do Projeto, tanto brasileira como peruana, é muito pequena, apresentando baixos coeficientes de produtividade. A atividade está dirigida predominantemente para cultivos de subsistência, nos quais se utilizam técnicas rudimentares de produção e está concentrada principalmente em pequenas propriedades familiares, dispersas no meio do seringais.

A atividade extrativa de maior importância é a produção de borracha dos seringais nativos. A área possui também importantes reservas madeiras, com grande número de essências de interesse econômico e um alto predomínio de produtos extrativos, além da castanha e do látex. Mesmo não se dispondo de informações estatísticas rigorosas, é evidente a importância que o setor comercial tem na economia regional, tanto no lado brasileiro como no peruano. O comércio fronteiriço assume um papel estratégico no abastecimento das populações da área. Em Assis Brasil, a pesca é de subsistência e, apesar de não haver registros desta produção, sabe-se que não é significativa em comparação com a que se realiza em Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Sena Madureira, aonde existem colônias de pescadores. No lado peruano, principalmente os rios Acre e Tahuamanu, este último navegável durante todo o ano, contém uma grande variedade de peixes. Além disso, a região possui atrativos naturais, como os seringais nativos, florestas

virgens, fauna e flora diversificadas, podendo-se estimular atividades de ecoturismo, o que representaria uma alternativa para o seu desenvolvimento.

População Indígena e Meio Ambiente

O estabelecimento dos seringais acarretou o extermínio de numerosos grupos étnicos que habitam essa região, como os cotiana, os camari, os inhamoré, os capixi, os iñapari. Entre os grupos étnicos da área fronteira se percebem diferenças básicas em suas formas de vida que se traduzem no sentimento de pertencer a uma cultura distinta e única que define sua identidade étnica. A decadência dos seringais na economia acreana afetou a economia indígena. Para os matxineri e os yaminahua tal situação provocou a busca de alternativas econômicas mediante o cultivo de milho e arroz, e na agroindústria da mandioca.

As condições ambientais das duas áreas indígenas não sofreram danos graves ou irreversíveis durante a atividade seringalista devido ao seu caráter pouco depredatório. Os assentamentos na região apresentam características similares no que se refere as atividades e formas de viver das suas populações. Apesar de serem centros pequenos têm características urbanas, mais pela presença de conjuntos residenciais e estabelecimentos comerciais do que pelos serviços que em si deveriam ter para caracterizá-los como assentamentos urbanos; é notória a inexistência de redes públicas de água e esgoto, assim como de sistemas de drenagem e águas pluviais. É freqüente o uso de poços de abastecimento de água, e águas de nascentes.

Potencialidades

A análise integrada das características dos recursos da área do projeto Iñapari-Assis Brasil demonstra que esta é uma região propícia para o desenvolvimento econômico. Em termos gerais, as principais potencialidades de desenvolvimento na área são as seguintes:

- Desenvolvimento de indústrias de transformação de produtos agropecuários e dos recursos hidrobiológicos da região;
- Produção de cultivos permanentes e pastagens através do estabelecimento de espécies nativas que permitam não só eliminar ou minimizar o uso de fertilizantes minerais, como também reduzir a incidência de pragas e enfermidades;
- Usos agro-silvo-pastorís em terras com potencial econômico, combinando as culturas permanentes com cultivos anuais e pastagens;
- Exploração de espécies florestais de crescimento rápido para a produção de polpa ou geração de energia doméstica;
- Produção de espécies florestais em terras aptas para cultivos permanentes, dando-se especial atenção a castanheira, não só pôr seu aproveitamento nas condições naturais, mas também para criar possibilidades de densificação;
- Criação de reservas para a conservação da biodiversidade existente;
- Desenvolvimento da área aproveitando as técnicas da população nativa que manejam os recursos naturais de maneira sustentável;
- Aproveitamento do potencial genético (germoplasma e diversidade genética);
- Reflorestamento dos seringais que, por ser uma espécie nativa que mantém o equilíbrio ecológico, evita a depredação que origina a exploração comercial da madeira; e
- Fomento da atividade agro-industrial.

Limitações

As principais limitações ao desenvolvimento da região são as seguintes:

- Estrutura econômica e social dependente, com o conseqüente custo elevado de insumos, serviços e bens de capital para a atividade produtiva;
- Aproveitamento irracional dos recursos naturais, com reduzida geração de renda e depredação das florestas;

- Uso de tecnologia tradicional na exploração dos recursos, tendo, como consequência, baixos níveis de produção e de produtividade;
- Assentamentos humanos dispersos, com fortalecimento do setor serviços para atividades extrativas, em detrimento do setor produtivo.
- Crescimento desarticulado dos setores, com ausência de centros de transformação agroindustrial;
- Escassos níveis de investimento público ou privado, trazendo em consequência, em primeiro lugar, o isolamento e a marginalização por falta dos serviços básicos, como transporte, saúde, educação, etc, e em segundo, a escassa capacidade estatal para ações de promoção e apoio á produção;
- Carência de infra-estrutura de energia e comunicações, especialmente da de transporte terrestre, o que impossibilita o acesso aos recursos e ao aumento da produção;
- Falta de diversificação produtiva para o mercado, limitando-se a dois produtos: a borracha e, em menor escala, a madeira;
- Dispersão populacional que impede a prestação econômica de serviços à população e a dotação de infra-estrutura de produção e comercialização;
- Decrescimento demográfico em termos absolutos;
- Recursos humanos e financeiros insuficiente.

Políticas, Objetivos e Estratégias

O diagnóstico regional permitiu elaborar lineamentos básicos em termos de políticas e estratégias, em função do balanço das potencialidades e limitações observadas e dentro do marco legal sob o qual se executa o Programa, para a formulação de um plano de desenvolvimento que é também de integração fronteirica.

Essas estratégias se configuram nos seguintes âmbitos:

- Expansão e Diversificação da Estrutura Econômica Regional

- Aumentar a produtividade na exploração do látex e da castanha.
- Fomentar a agricultura de subsistência e dos cultivos regionais permanentes (cacau, café, guaraná).
- Promover o comércio fronteiriço e o abastecimento regional.
- Melhorar a infra-estrutura econômica básica (energia, transporte e comunicações).
- Promover a realização do inventário dos recursos naturais (flora, fauna, etc).

Cooperação Fronteiriça

- Melhorar os meios de transporte e comunicações regionais.
- Promover a realização e difusão de inventários dos valores socioculturais da região.

Relações Bilaterais

- Promover a integração parcial dos serviços de educação e saúde da região.
- Organizar o comércio fronteiriço.

Bem-estar Social

- Fomentar a ampliação e integração da oferta de equipamento e serviços de saúde.
- Incrementar a formação de recursos humanos para a saúde e educação.
- Promover a educação nutricional.
- Desenvolver programas de participação comunitária para a construção de viviendas e obras de saneamento básico, com tecnologia apropriadas ao meio.

Meio Ambiente

- Promover a proteção do meio ambiente, contribuindo para a conservação dos recursos naturais e a manutenção do equilíbrio ecológico.
- Promover a educação ambiental em todos os segmentos da população.

- Promover o inventário da flora e da fauna regionais.

Comunidades Indígenas

- Promover a demarcação das áreas indígenas.
- Garantir a oferta de serviços de saúde e de educação.
- Promover a integração das economias indígenas.

Aspectos Institucionais

- Prover assistência técnica às municipalidades para a organização das estruturas administrativas, tributárias e de planejamento.
- Prover assistência técnica para a formulação dos planos diretores de desenvolvimento municipal.
- Intercâmbio e Difusão de Tecnologia.
- Promover estudos, intercâmbio e difusão de tecnologia adequadas ao meio, nos setores produtivos, educação, construção de viviendas, arquitetura e paisagismo, infra-estrutura urbana (saneamento e pavimentação) e administração.

Programas e Projetos

A caracterização regional, os objetivos propostos para a área do Programa das Comunidades Fronteiriças Peruano-Brasileiras, e as estratégias delineadas em função das suas potencialidades e limitações, permitiram identificar 31 projetos nas áreas de desenvolvimento produtivo, desenvolvimento social, meio ambiente, comunidades indígenas e desenvolvimento urbano. Desses projetos, 12 são nacionais do Brasil, 13 do Peru, e 6 são binacionais. Os projetos binacionais tem um prazo de execução de 3 anos, com um total de investimentos previstos da ordem de US\$57.8 milhões, dos quais US\$19.9 milhões correspondem a área brasileira e US\$37.9 milhões correspondem a área peruana.

A seguir se apresentam os componentes dos projetos binacionais identificados. Os projetos nacionais se encontram em processo de preparação nos respectivos países.

Aproveitamento de Recursos Florestais

- Definir modelos de estruturas e sistemas de produção agro-silvo-pastoris e sua distribuição espacial.
- Avaliar o comportamento econômico, social e ambiental dos sistemas detectados.
- Propor novas tecnologia para incrementar a produtividade.
- Manejo de áreas silvestres com fins conservacionistas, através de parques, reservas e santuários.
- Caracterização das principais espécies faunísticas da zona.
- Manejo e aproveitamento de bosques secundários.
- Desenvolvimento da Pesca
- Instalação de um centro pesqueiro comunitário.
- Criar unidades de controle, supervisão e apoio tecnológico.

Desenvolvimento da Saúde

- Projeto integrado de saúde preventiva.
- Capacitação de técnicos e profissionais.
- Ampliação e melhoramento dos serviços de saúde.
- Coordenação binacional.

Zoneamento Ambiental

- Inventário e avaliação dos recursos naturais.
- Levantamento cadastral.
- Delimitação e criação das áreas naturais protegidas.
- Ordenamento ambiental.

- Administração de sistemas de produção e vigilância.

Gestão do Programa Binacional

- Instituições públicas e privadas da região.
- Análise da estrutura orgânica e funcional das instituições.
- Revisão das experiências sobre execução de projetos.
- Desenho de mecanismos de promoção, condução e gestão do programa.

Melhoramento da Interconexão Viária San Lorenzo-Brasiléia

- Melhoramento das condições de tráfego do trecho San Lorenzo-Iñapari, no Peru.
- Melhoramento das condições de tráfego do trecho Assis Brasil- Brasiléia, no Brasil.

1º Ciclo da Borracha

O isolamento em relação ao resto do país foi o fato mais marcante da vida dos povos da Amazônia nos primeiros 4,5 séculos do descobrimento. Como não mais ocorreram descobertas de ouro ou minerais preciosos além de Vila Bela, nem a coroa portuguesa, nem o império brasileiro posteriormente, demonstraram maior interesse na região pacificada e de domínio consolidado. Vivendo do extrativismo vegetal, o desenvolvimento da economia regional é caracterizada por ciclos, períodos em que algum dos recursos naturais em que a região é pródiga alcançava bom preço no mercado.

Assim foi que o desenvolvimento tecnológico e a revolução industrial na Europa, transformaram a borracha, então um produto exclusivo da Amazônia, em produto de grande demanda e preço elevado. Desde o início da segunda metade do século XIX, a borracha passou a exercer forte atração sobre empreendedores visionários.

Em 1867 os engenheiros José e Francisco Keller exploraram a região das cachoeiras do Rio Madeira, para locação de uma ferrovia.

Em 1869 George Earl Church, engenheiro norte-americano obteve concessão do governo da Bolívia para organizar e explorar uma empresa de navegação ligando os rios Mamoré e Madeira. Posteriormente os planos foram modificados para a construção de uma ferrovia.

Em 1870, o mesmo Church recebe do governo do Brasil permissão para construir uma ferrovia ao longo do trecho encachoirado do Rio Madeira.

Lutas por questões fronteiriças tornariam a ocorrer na região no final do século XIX, com a questão do Acre, provocada pela exploração de borracha pelos brasileiros em terras da Bolívia. As riquezas obtidas com a venda da borracha haviam ajudado a consolidar a jovem república brasileira, após a desorganização da economia

provocada pelo final da odiosa prática da escravidão humana, pelo proverbial descompromisso da elite dirigente com a Nação, e pela proclamação da República. Foi somente após o efetivo controle das terras do Acre conseguida por Plácido de Castro e seus liderados, em parte financiados pelos "barões da borracha" de Manaus, que o governo Central do Brasil adotou medidas efetivas para consolidar sua posse. Esta efetivou-se com o Tratado de Petrópolis de 1905, que incorporou a área ao território brasileiro e obrigou o Brasil a construir uma ferrovia que, superando o trecho encachoeirado do rio Madeira, possibilita-se o acesso dos produtos bolivianos, borracha principalmente, aos portos brasileiros do Atlântico (Belém do Pará, na foz do Amazonas, inicialmente).

Em 30 de abril de 1912 foi concluída a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, com a chegada do primeiro comboio à cidade de Guajará Mirim, fundada nessa mesma data.

Era tarde. A Amazônia perdera a primazia do monopólio de produção da borracha. Os seringais plantados pelos ingleses na Malásia com sementes oriundas da Grande Floresta, passaram a produzi-la com maior eficiência e produtividade, assumindo o controle do comércio mundial do produto.

O 1º ciclo da borracha, que movimentou a economia da região e trouxe as primeiras grandes levas de migrantes, principalmente do nordeste, durou cerca de 50 anos. Deixou como herança as cidades de Porto Velho e Guajará Mirim. De resto era a grande floresta. Imensa, desconhecida, quase impenetrável. Encerrado esse ciclo, a economia regional entrou em completa estagnação.

O Ciclo do Telégrafo

Como toda a Amazônia, após o declínio do 1º ciclo da borracha Rondônia passou por um período de estagnação econômica vale observar que aqui nos referimos a regiões pertencentes aos estados de Mato Grosso e Amazonas, visto que o antigo Território do Guaporé somente foi criado em 1943. O esvaziamento econômico e o isolamento desta vasta região preocupava o Governo Central, que decidiu então construir uma linha telegráfica entre Cuiabá (MT) e Porto Velho (AM), cortando todo o norte do Mato Grosso. Grande parte da região coberta pela linha veio a constituir o estado de Rondônia. O então Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon assumiu o comando da missão. Entre 1907 e 1915 Rondon utilizou mão de obra do sul do país. Estes trabalhadores, somados a outros migrantes atraídos pelo avanço da linha telegráfica, criaram povoados nos locais onde se instalaram os postos telegráficos, entre os quais: Vilhena, Marco Rondon, Pimenta Bueno, Vila Rondônia (hoje, Ji-Paraná) e Ariquemes. A expedição Rondon contribuiu para a ocupação desta região, desbravando-a e demarcando os antigos seringais. Além do espírito desbravador que lhe valeu a alcunha de o "último bandeirante", Rondon mostrou um espírito humanista raramente encontrado, sendo grandemente responsável pela mudança na forma de ver e tratar os índios, habitantes primeiros deste vasto país. Criou o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), origem da atual FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Sua maneira de encarar o contato com nossos irmãos das matas, perseguidos e mortos aos milhares sob os argumentos e bandeiras do progresso, do avanço da civilização e da salvação pela fé religiosa, pode ser resumido na célebre frase: "morrer, se preciso for, matar nunca".

Ao contrário dos movimentos anteriores cujas ações transcorreram ao norte da região no sentido oeste, este ciclo ocorreu no sentido sul-norte. As fundações de vários municípios do estado, como Vilhena, Pimenta Bueno, Ji-Paraná e outros são seu legado, e em sua esteira desenvolveu-se a ligação de Rondônia com os centros produtores e consumidores das regiões central e sudeste do país.

2º Ciclo da Borracha

Quando, durante a 2ª Guerra Mundial, as forças japonesas dominaram militarmente o Pacífico Sul, invadiram também a Malásia e assumiram o controle de seus seringais. Para suprir as Forças Aliadas da borracha imprescindível para a movimentação dos exércitos, os velhos seringais da Amazônia foram reativados. Isso trouxe novo alento à economia regional, embora a incapacidade empresarial e a falta de visão da elite dirigente regional tenham resultado na perda de mais esta oportunidade para aplicar uma política de efetivo desenvolvimento à região. Milhares de nordestinos foram atraídos e trazidos para cá. Eram chamados os "soldados da borracha". Nova fase de "progresso" ilusório. Encerrada a guerra, reorganizadas as economias de vencedores e derrotados, cessaram as atividades nos velhos e ineficientes seringais da Amazônia.

Couro Vegetal dos Seringais da Amazônia e seus Produtos



“Sangrando” a Seringa

Os seringueiros aplicam cortes diagonais no tronco da Seringa (*hevea brasiliensis*) e amarram um pote para colher o látex emanante.

Coronéis de Barranco

Com o início da demanda do mundo industrializado pela borracha, os empresários "Seringalistas", ou "Coronéis de Barranco" estabeleceram na Amazônia um sistema de semi-escravidão capitalista. Eles obrigaram grande parte da população indígena de forma violenta a trabalhar para eles, transformando-os em "caboclos seringueiros". Os trabalhadores nordestinos, que vieram na Amazônia em busca de emprego, caíram logo na dependência econômica dos Seringalistas e se tornaram os "seringueiros nordestinos".

Concorrência internacional

Os ingleses logo descobriram o potencial econômico da borracha, e no ano 1876, um Inglês chamado Henry Wickham levou sementes de seringa da Amazônia para Inglaterra. Foram formados os seringais de cultivo na Malásia, e a produção estrangeira superou logo a produção Brasileira.

Soldados da borracha

Houve um segundo surto da borracha no Brasil durante a segunda guerra mundial, quando aumentou a demanda pela borracha e os brasileiros sujeitos ao serviço militar tinham que escolher entre lutar na guerra ou trabalhar como seringueiro na Amazônia. Estes "Soldados da Borracha" nunca conseguiram voltar para a terra deles, porque nunca foram pagos pelos Seringalistas. Com o falecimento dos Seringalistas, devido á concorrência internacional, os Seringueiros ficaram entregues á própria sorte. Até hoje eles sobrevivem cultivando, caçando e vendendo borracha por um preço muito baixo.

Guardiões da floresta

A partir de 1970 chegaram os fazendeiros na Amazônia, expulsando os Seringueiros, derrubando a floresta e assim iniciando os conflitos de terra. Sob esta ameaça, os seringueiros começaram a se unir em cooperativas e sindicatos, e surgiram as grandes lideranças dos seringueiros como Chico Mendes, assassinado em 1988.

Nestes conflitos os seringueiros se mostraram como os guardiões da floresta, e hoje sua convivência com a floresta serve como exemplo, mostrando que o homem pode viver da natureza sem destruí-la.

Êxodo rural

Devido às dificuldades econômicas, a falta de condições básicas de saúde e educação, mais e mais seringueiros abandonam a floresta num grande êxodo rural e vão pelas periferias das cidades, onde a miséria continua crescendo.

Para incentivar a permanência dos seringueiros na floresta, precisa-se encontrar formas de beneficiamento do látex mais rentáveis, sendo uma delas o couro vegetal.



Couro Vegetal

É um material à base de látex natural, extraído das seringueiras nativas da floresta amazônica e confeccionado pelo processo tradicional dos seringueiros em suas moradas na floresta.

Do "Encauchado" ao Couro Vegetal

Os seringueiros desde o início aproveitaram o látex para confeccionar artigos para o próprio uso como a bolsa "capanga", os sapatos de seringa e o saco encauchado:

O procedimento do saco encauchado deu origem ao Couro Vegetal, um tecido de algodão banhado em látex, defumado e vulcanizado em estufas especiais.

Maior agregação de valor

A produção das lâminas de Couro Vegetal permite uma maior agregação de valor na colocação do seringueiro, comparado com os métodos tradicionais de beneficiamento do látex. Antes o seringueiro ganhou cerca de 1,50 reais por quilo de

borracha seca, utilizando 3,3 litros de látex. Hoje ele ganha, R\$ 3,00 para cada lâmina de Couro Vegetal, utilizando 1,3 litros de látex por lâmina.

Qualidade e inocuidade ecológica

Pesquisas foram feitas no sentido de melhorar a durabilidade e qualidade do Couro Vegetal a fim de atender às exigências do mercado.

Hoje o Couro Vegetal é um material de boa qualidade, internacionalmente reconhecido como um produto ecologicamente inócuo. A comercialização dos produtos do couro vegetal se tornou um motivo de esperança para a melhoria da vida dos Seringueiros, sua permanência na floresta e o desenvolvimento sustentável da Amazônia.



Lâminas de Couro vegetal

Produtos



Adquirindo os produtos Seringueira, além de colaborar para a preservação da Amazônia e evitar a matança de animais, você está gerando melhores condições de vida e saúde para o povo da floresta.



Histórico

Em 1978, Wilson Manzoni, artesão paulista, presidente e fundador da APAS (Associação dos Produtores de Artesanato e Seringa) chegou a Rio Branco do Acre. Ele conheceu o padrinho Sebastião Mota de Melo, seringueiro e líder comunitário, com quem conviveu e aprendeu os mistérios da Seringa. Foi pioneiro na

comercialização do artesanato de uso do seringueiro e sapato de seringa, valorizando e levando este produto para a cidade, abrindo mercado nas lojas de artesanato como souvenir.

Apas

Em 1995 foi fundada a Associação dos Produtores de Artesanato e Seringa - APAS. Em parceria com a Couro Vegetal da Amazônia (CVA), a APAS montou unidades de produção de Couro Vegetal e capacitou seringueiros na tecnologia de produção. Hoje a APAS controla a qualidade e comercializa as lâminas de Couro Vegetal.

O trabalho da APAS viabiliza a permanência do povo na floresta e incentiva o investimento dos recursos gerados pelos Seringueiros para a melhoria da própria saúde básica e educação, através de projetos que visam diagnosticar a qualidade de vida dos associados e orientar ações que promovam a transformação desta realidade.

Este trabalho beneficia atualmente 500 pessoas, sendo 89% seringueiros e seus familiares.

Seringueira

Em 1999 Wilson Manzoni criou uma microempresa na cidade de Boca do Acre / AM para confecção e comercialização de bolsas e mochilas de Couro Vegetal e lançou a grife Seringueira. O objetivo é agregar valor ao produto na região e viabilizar uma saída mais constante para as lâminas de Couro Vegetal da APAS.



Localização

A área de atuação da APAS vai do Rio Acre (Município de Boca do Acre-AM), subindo e descendo o Rio Purus até o Município de Pauini e percorre vários igarapés afluentes destes rios, estando em constante expansão.



Palestra Tratou de Extratos de Castanheiro e Tara

A crescente demanda por couros vegetais leves com propriedades ecológicas e alta solidez à luz e ao calor, e boa tingibilidade e as exigências do mercado para um extrato vegetal diferenciado levaram a empresa Silva Química a desenvolver novas tecnologias nesta área.

O trabalho apresentado no início de junho por Carlos Kiefer, da Mark Produtos Químicos Ltda, representante da Silva, no Brasil, descreveu o sistema de extração e modificação dos extratos de castanheiro e tara, para a obtenção de um extrato híbrido muito claro e com ótimas resistências à luz e ao calor.

Segundo os palestrantes, é reconhecido que, individualmente, os extratos de castanheiro e de tara são os que apresentam a melhor solidez à luz e ao calor quando comparados com outros taninos vegetais. Os inconvenientes da cor mais intensa do castanheiro e do teor de insolúveis da tara, são eliminados com o desenvolvimento desse híbrido.

O tanino híbrido tem todas as propriedades do castanheiro, mas apresenta uma cor sensivelmente mais clara, e é muito apropriado para a produção de couros vegetais leves usados na fabricação de estofamentos, bolsas e cabedais para calçados. O trabalho também mostrou tabelas e gráficos que comparam as propriedades do híbrido com os demais taninos vegetais comuns encontrados no mercado.

Curtume - Ecológico por Natureza

Curtume, entre o amor e o ódio nós convivemos com ele. Ódio pelo odor e pela poluição alardeada em excesso e o amor pelo calçado desejado da vitrine da moda, pelo casaco namorado durante tantos invernos e a relação de paixão e enlevo da mulher adornada e aquecida por uma pele animal. A mais antiga indústria da humanidade sempre deixou esta mistura de sentimentos em homens e mulheres.

Ao longo da história o curtidor, em consequência o curtume, foi discriminado pela sociedade, citando apenas a antiga Roma onde era permitida a separação conjugal caso o marido fosse curtidor e atualmente as castas no Japão onde o curtidor e o coveiro são o nível mais baixo desta escala.

O curtume é uma indústria ecológica por natureza. Não minera, não desmata, não devasta, simplesmente usa o subproduto da indústria da carne. Caso haja abate para a produção de peles, gostaria imediatamente de retirar o sub-produto.

Saberia fazer muito bom uso do mesmo e creio que a maioria também apreciaria um bom churrasco, mesmo sendo feito do sub-produto da indústria de peles e couros.

Em média a pele representa 7% em peso da indústria da carne, esta é a parte que cabe a indústria curtidora brasileira dos mais de 30 milhões de cabeças de abate por ano. Mais uma vez se evidencia a natureza ecológica do curtume quando dá destino a esta matéria putrecível num montante de 30kg por couro, multiplicado por 30 milhões de peças, totalizando a expressiva cifra de 900 mil toneladas. Caso não fosse industrializada, esta enorme quantidade de peles seria um problema ambiental de impacto considerável. Para ter uma idéia comparativa, considerando uma pessoa com média de peso de 60kg, representa toda a população da grande São Paulo, aproximadamente 15 milhões de pessoas, em peso por ano para disposição.

Seria uma situação de solução extremamente difícil uma vez que uma hora após o abate inicia a decomposição ou apodrecimento e todos sabem muito bem o que isto daria de emissão de cheiro, para não dizer fedor. Cada Estado da União pode fazer sua própria conta, assim sabendo quanto os curtumes contribuem para a minimização dos impactos ambientais da indústria da carne.

Partindo de um sub-produto, o setor coureiro calçadista representa mais de 4% da pauta da exportação brasileira, disputando esta participação ao lado da indústria automotiva, aeronáutica, agricultura, siderurgia, etc. Esta expressiva participação tem um terço do valor gerado pelo couro exportado pelos curtumes e dois terços pela indústria de calçados. O setor representa ao redor de 4% do PIB (Produto Interno Bruto) e gera aproximadamente 600 mil empregos. Tem ainda a tarefa de especializar e qualificar mão de obra para setores industriais mais exigentes, tal como eletro-eletrônicos, automobilístico, como pode ser observado em Pirmasens na Alemanha, na Coréia do Sul e por que não citar o próprio Brasil como exemplo em várias regiões.

Na área ambiental, o curtume foi um dos primeiros setores industriais a ser controlado pelos órgãos competentes, tendo sido cobaia de muitos insucessos e criou sua própria tecnologia. Passou por diversas fases neste caminho, primeiramente trabalhando no fim de tubo, num segundo momento intervindo no processo produtivo e tecnológico e atualmente procurando caminhos novos no rumo de tecnologias mais limpas, evitando a geração, que é sem dúvida a opção ambiental mais correta.

Cabe aqui uma visão do custo de tratamento ambiental, considerando que todos os 30 milhões de couros fossem terminados no Brasil, tendo os custos médios de tratamento de efluentes e disposição de resíduos sólidos em Aterros de Resíduos Industriais Perigosos do Rio Grande do Sul. Usando uma média de 0.6m³ de água por pele a um custo de US\$ 1.75m³, gastamos em tratamento de efluentes US\$ 31.500.000,00 e para a destinação de sólidos na razão de 0,07m³ por couro ao preço de US\$ 10,00m³ chegamos a outros US\$21.000.000,00, totalizando assim um custo anual de US\$ 52.500.000,00. Também no aspecto de inversão de recursos podemos ver o engajamento setorial na preservação do meio ambiente.

Além do exposto, temos ainda a salientar que os curtumes usam em suas formulações alguns produtos químicos que são resíduos industriais, aliviando custos do setor químico. Como exemplo mais claro temos o sulfeto de sódio, origem primeira do odor do curtume, sub produto indesejável em diversos setores industriais, que não sabem o que fazer com o excesso de enxofre. Mesmo assim pagamos pelo resíduo quando deveríamos cobrar pelo seu consumo.

Quando está em moda a valorização em toda a mídia da reciclagem de materiais, tendo a atenção dos governantes para redução de impostos e incentivos para a utilização de sub-produtos, também queremos os mesmos benefícios. Somos o primeiro reciclador industrial e nunca tivemos nenhum incentivo ou concessão fiscal por isso, portanto é justa uma reivindicação neste sentido.

Esta é uma postura de valorização da arte de curtir, de transformar pele em couro, produzir riqueza, ambientalmente sustentável. Use o lema: “Curtume - ecológico por natureza”.

IV – Conclusão

A história da Amazônia, e de Rondônia em particular, certamente são desconhecidas da grande maioria dos nossos "visitantes" de outros estados. Parece mesmo não ser exagero generalizar, dizendo que quase tudo o que diz respeito a essa enorme parcela do Brasil ainda não faz parte do conhecimento comum do brasileiro, ou que é informado de modo distorcido.

Há apenas trinta anos, os livros didáticos distribuídos aos estudantes chamavam a floresta amazônica de "inferno verde". Vejam só: inferno. Só a ignorância explica a definição.

Unidades de Conservação, Análise de ecossistemas e monitoramento ambiental, dentro da abordagem ecológica a tomada de decisão direcionada ao manejo ambiental, contempla estudos relacionados a estrutura e função dos ecossistemas para o conhecimento do funcionamento e comportamento dos mesmos frente as perturbações de caráter antrópico. A prática tem revelado que a obtenção deste conjunto de informações é extremamente dependente de estudos contínuos em áreas naturais, relativamente não perturbadas, consideradas como a ferramenta básica para a proposição de diretrizes ao manejo e a qualidade ambiental. Quanto mais natural e excluída de atividades antropogênicas, mais adequado o sistema para o fornecimento destas diretrizes. Neste aspecto, áreas naturais de conservação são úteis por funcionarem como controles experimentais, para casos particulares de alterações ambientais com bases locais.

Neste contexto, foi elaborado um Programa de Análise de Ecossistemas, categorizados como áreas naturais de conservação (*Estação Ecológica de Jataí; Estação Ecológica de São Carlos, Reserva Extrativista Chico Mendes, Parque Estadual de Setiba*), através de um modelo conceitual adequado a cada sistema ambiental e direcionado ao manejo sustentado dos mesmos. Embora o modelo conceitual proposto seja uma descrição simplificada do processo de manejo ambiental, o mesmo possibilita a

incorporação de todas as informações obtidas via pesquisa de campo e laboratório, bem como das influências social, política e econômica, como um mecanismo diretor pelo qual funciona o "feedback" ambiental. A metodologia utilizada no Planejamento Ambiental das áreas de conservação compreende o processo de caracterização ambiental de unidades da paisagem (bacias hidrográficas), sujeitas a atividades sócio-econômicas diversificadas, respeitando as funções ecológicas dos sistemas ambientais em estudo como forma de garantir e promover a sustentabilidade dos mesmos.

A compreensão dos sistemas ambientais contidos nas áreas naturais de conservação, com relação a dinâmica dos processos ecológicos e da qualidade ambiental dos mesmos frente aos distúrbios naturais (pulso de inundação, por exemplo) ou antrópicos (monocultura canavieira, poluição por agrotóxicos, retirada de areia, destruição da mata ciliar, fragmentação da paisagem, perda de habitats para a biodiversidade, atividades humanas de caráter predatório, etc), possibilitarão o exercício da valoração ecológica e sócio-econômica das áreas naturais, com vistas ao planejamento e manejo ambiental, bem como subsídios à apreciação pública da utilidade das mesmas.

A economia do Estado do Acre sempre esteve baseada no extrativismo vegetal, ancorado pela extração de látex, pela coleta de castanha-do-brasil e pela extração de madeira. Esta economia tem características bastante frágeis em decorrência da desestruturação do sistema tradicional de produção de borracha, ainda o principal produto do extrativismo, da falta de política de produção, de preços e de mercados que estimulem o beneficiamento ou a industrialização dos produtos na região, bem como da falta de conhecimento científico direcionado à identificação do potencial de aproveitamento da região em bases sustentáveis.

Neste contexto, a elaboração de uma base de dados, que possibilite a compreensão do sistema ambiental, subsidiaria o planejamento e a gestão ambiental da Reserva Extrativista Chico Mendes visando a utilização racional dos recursos naturais desta área.

A Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM), abrange 6 municípios: Rio Branco, Xapuri, Brasiléia, Sena Madureira e Assis Brasil e Capixaba e é categorizada como uma "Unidade de Conservação de Uso Sustentável". É a maior Reserva Extrativista do Brasil, com uma área de 931.062 hectares.

A metodologia de análise ambiental envolve o uso de um Sistema de Informações Geográfica (SIG-IDRISI e SIG-MAPINFO), empregados para a realização do mapeamento da hidrografia, hipsometria, modelo digital de elevação do terreno, clinografia, malha viária, solos, ação antrópica, e uso do solo. Os elementos estruturais da paisagem foram analisados dentro de três bacias hidrográficas (as dos rios Acre, Xapuri e Iaco), identificadas a partir da análise do mapa de hidrografia. Estas bacias de acordo com suas características individuais foram divididas em 4 Unidades de Gerenciamento (UGs), que foram utilizadas como unidade de estudo. A análise ambiental das UGs permitiu interpretar as condições ambientais da área de estudo.

Os resultados do presente estudo, permitiram observar que a RECM possui apenas 1% de área com ação antrópica, distribuídos de forma heterogênea, geralmente associados à presença de colocações, enquanto que seu entorno possui 16,73% de área com ação antrópica concentrados principalmente na região Sul e Sudeste, com dois usos principais para o solo, pecuária e agricultura itinerante. Deste modo concluímos que a RECM vem cumprindo seu papel de Unidade de conservação de Uso Sustentável, especialmente por sua grande extensão e densidade demográfica, entretanto, seu entorno apresenta-se bastante comprometido com os mais diversos tipos de atividades antrópicas, sugerindo a necessidade urgente de se observar os preceitos legais para utilização da zona de amortecimento, bem como o monitoramento constante em relação à evolução da atividade antrópica em seu interior e entorno.

Estudos de áreas naturais fragmentadas

Neste contexto, áreas de florestas naturais no Estado encontram-se cada vez mais reduzidas a fragmentos florestais. A substituição da vegetação nativa por áreas de pasto, monoculturas e culturas de subsistência implica na perda contínua e irreversível da biodiversidade, seja diretamente pela extinção de espécies, ou pela perda da variabilidade genética das espécies ameaçadas de extinção. Com o apoio da World Wildlife Found (WWF) o LAPA vem desenvolvendo pesquisas relacionadas ao manejo e conservação de fragmentos de Cerrado do entorno da Estação Ecológica de Jataí, com vistas ao fornecimento de bases confiáveis para a conservação da biodiversidade da região, incluindo a análise estrutural e funcional da flora e fauna dos fragmentos de interesse. A metodologia utilizada determina o emprego de técnicas aerofotogramétricas e de Sistemas de Informações Geográficas (SIG).

VII – Referências Bibliográficas

Apostila

SEBRAE – Educação Empresarial – Como Planejar e Comercializar Eventos - Edição SEBRAE

Internet

<http://www.eco2025.hpg.ig.com.br/index.html>

<http://www.vidagua.org.br/informa/plantextin.html>

http://www.amazonlink.org/seringueira/couro_vegetal_seringueiros.html

<http://www.iac.br/~rrim600/importcult.htm>

<http://www.cnsnet.org.br/Extratativismo/faq.htm>

<http://www.infolink.com.br/ambienteonline/borracha.htm>

<http://www.abqticnews.com/>

http://intermega.globo.com/anavi/chico_mendes.htm

<http://www.senado.gov.br/web/senador/marinasi/marinasi.htm>

<http://www.lapa.ufscar.br/portugues/index.html>

<http://treetap.amazonlife.com/mais/areasprod2.htm>

<http://treetap.amazonlife.com/mais/areasprod2.htm>

<http://treetap.amazonlife.com/mais/regiao.htm>

<http://www.mdnet.com.br/personal/seva/cap2.html>

<http://www2.ibama.gov.br/resex/viab.htm>

VI - Anexos

I. Show do Chiclete com Banana

Local - ATL Hall

Data – 09/11/2001

II. Teatro

Peça – Engraçadinha dos 12 aos 18 anos

Local – Centro Cultural Banco do Brasil

Data - 30/11/2001

VI – Anexos

III. Show da Zélia Duncan
Local – Olimpo
Data - 08/12/2001

IV. Show do Asa de Águia (Micahall)
Local – ATL Hall
Data – 15/12/2001

VI - Anexos

- V. Museu Nacional
- Local – Quinta da Boa Vista
- Data – 09/02/2002